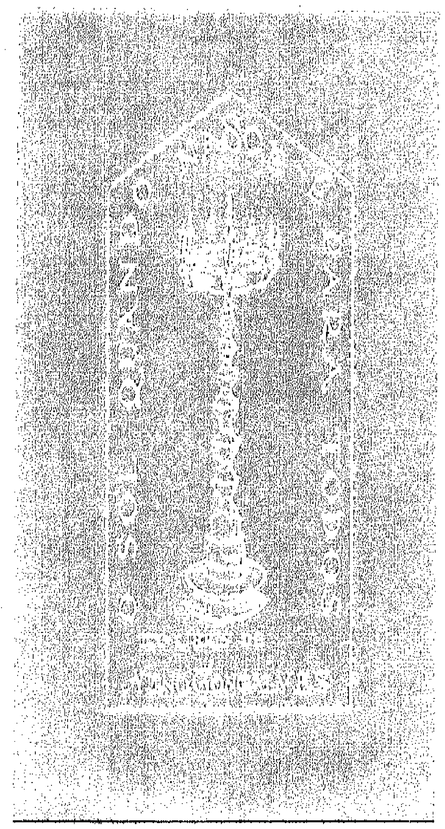
1431

VIAGENS DE DIOGO CÃO E DE BARTOLOMEU DIAS



GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book is donated by .....
NG

VIRIATO CAMPOS

VIAGENS DE DIOGO CÃO E DE BARTOLOMEU DIAS

Contribuição para o seu estudo, precedida de considerações sobre factos diversos da História dos Descobrimentos

1966
PARCERIA A. M. PEREIRA, LDA.
Rua Augusta, 44 a 54
LISBOA

Ao «Diário de Lisboa»

Quando dizia a pessoas amigas que me entretinha, nas longas noites de inverno, a preparar um trabalho sobre descobrimentos marítimos, não raras vezes me objectavam, espirituosamente, que não valia a pena «*descobrir*» o que já estava descoberto. Recordo-me também de me terem perguntado o que se ganharia no século XX em saber se Diogo Cão tinha ou não sido o Embaixador que, no reinado de D. João II, entregou reféns pretos ao Senhor do Congo. Esta pergunta, feita com toda a sinceridade, e a repetida objecção pareciam-me à primeira vista inofensivas, mas, no fundo, deixavam as suas marcas — tantas, que pensei em desistir do pequeno trabalho que a mim próprio havia imposto.

Lembrar-se-á o Dr. Norberto Lopes que lhe apareci por duas ou três vezes a perguntar se ainda estaria interessado em receber a série de artigos que eu tinha prometido para o jornal que tão dignamente dirige. As minhas visitas

ao «Diário de Lisboa» — digo-o agora francamente — escondiam um estado de espírito que era o reflexo de, nos meus ouvidos, soarem as afirmações, que me faziam, de não valer a pena «*descobrir o que já estava descoberto*». Mas o «Diário de Lisboa», invariàvelmente, respondia que estava à minha disposição e eu via no facto o meu maior incentivo. Por isso, fui continuando a escrever os artigos que vieram a ser publicados nas suas páginas, em Agosto de 1965. Este livro, que os reúne a todos, consagro-o, muito reconhecido, ao «Diário de Lisboa», pela oportunidade que me deu de ventilar pùblicamente o tema (quase inesgotável) da hora mais luminosa de Portugal.

Permito-me transcrever aqui o «*post scriptum*» que veio no fim do último artigo da «série» publicada: «*Ao «Diário de Lisboa», que tão amàvelmente acedeu ao desejo que lhe manifestámos de publicar esta série de artigos sobre assunto ainda não exaurido, base e essência da nossa filosofia nacional, apresentamos sinceros agradecimentos pela honra que nos deu de os ter difundido através de um grande jornal português. Igualmente estamos muito obrigados a outros distintos amigos que, com o seu saber, a sua cultura e as suas recomendações, nos ajudaram pacientemente. No decurso do trabalho não estivemos, algumas vezes, de acordo com o que dizem historiadores dos descobrimentos*

marítimos, cujo elevado espírito patriótico, de que julgamos compartilhar, muito apreciamos. Pedimos-lhes que usem da sua superioridade para analisar, sem azedume, as dúvidas, conjecturas e certezas morais de quem, não sendo historiador, lhes invadiu o seu campo de estudo, com todo o respeito e sem reservadas intenções.

Na vida temos sempre muito que aprender, e não devo deixar de revelar uma lição há pouco recebida: que nunca convém tomar compromissos com um jornal sobre a publicação de trabalhos que exijam cuidado e demorada consulta bibliográfica, sem que os tenhamos completamente terminados. Aconteceu que me comprometi com o «Diário de Lisboa», após lhe ter fornecido alguns capítulos da «série», a apresentar os restantes pouco depois de iniciar a publicação e só tomei consciência da gravidade do compromisso quando, ao sair o primeiro artigo, vi como o tempo me fugia. O caso deu lugar a que a parte final do trabalho ficasse menos feliz na forma e com imperfeições que não fui capaz de eliminar numa última e enervante revisão. Valeu-me a indulgência do «Diário de Lisboa» e, de certo, a dos seus dedicados leitores. A todos peço desculpa. Fiz aqui a correcção.

Antes de terminar, desejo prestar um esclarecimento: teve o conjunto dos artigos, no jornal, a meu pedido, o título «*Desvios, incongruên-*

cias e encantos da História dos Descobrimentos Marítimos», com o fim de fazer interessar pelo tema dos descobrimentos o público em geral; ao dar, agora, a forma de livro à «série», julguei dever adoptar outro menos impressionante — já que o primeiro o foi demais.

Lx.ª, 30-8-1965.

V. C.

PREFÁCIO

Não me é possível, apesar de francamente reconhecer as minhas limitações em assuntos de História, recusar a apresentação que Viriato Campos teve a generosa amizade de me pedir para o seu primeiro livro de investigação histórica. Mas, se careço de elementos para saber apreciar com autoridade os seus estudos, não me faltam razões para poder assegurar que teria de forçosamente tratar-se de um trabalho sério, tenaz, inteligente e patriótico. É assim a sua própria personalidade.

Quando há uma dezenas de anos recorri à sua competência técnica de engenheiro, que dera sobejas provas da sua capacidade, para a execução de importantes projectos de estradas em S. Tomé e Príncipe, confesso que pela primeira vez conscientemente fui levado a deixar negócios públicos nas mãos de critério alheio e me encontrei inteiramente dependente do arbítrio da sua probidade. Mas a obra interessava sobremaneira — era um destes muitos sonhos que entre nós atravessam as gerações sem ninguém ousar ten-

tar transformá-los em realidade — e não encontrara ninguém mais capaz de a executar. Ora, os meses que se seguiram não só me livraram dum peso na consciência como transformaram a minha natural reserva, ou dúvida, em verdadeira admiração pelo seu talento e pelo seu carácter.

Pouco depois, perante o esforço ingente em que nos empenhávamos para a valorização do Estado da Índia, Viriato Campos oferecia, pedia patriòticamente que se aceitasse, a sua contribuição desinteressada para o estudo de problemas de comunicações em Goa, Damão e Dio. E para lá foi, entusiástica e alegremente, dar o seu valioso esforço, sem olhar a prejuízos nem a sacrifícios. Um grande engenheiro, um patriota e um amigo.

Acompanhei agora os seus primeiros passos, ao ar livre, na intrincada senda da investigação histórica. Surpreendia-me este seu pendor, aparentemente deslocado num homem de acção e de campo, de ideias e de realizações, para lides que necessàriamente têm de decorrer em grande parte nos arquivos e a esquadrinhar o passado. Aparentemente, como disse, era a abdicação de construir para o futuro, a plácida contemplação de recordações. Ora isso parecia contradizer — ou completar? — a magnífica experiência da sua vida.

Quanto a mim, completa e não contradiz. É que, sem querer aqui adoptar a definição filo-

sófica de História — como ciência única e portanto senhora de todas as matérias, «desde a metafísica até à físico-química» — este forte desejo de querer esclarecer a exactidão de acontecimentos ligados às viagens famosas de Diogo Cão e Bartolomeu Dias, não é apenas derivativo de um espírito pujante que a operosa actividade profissional não cansa; nem traduz a necessidade de matar ócios, para si inexistentes. Suponho não me enganar colocando a sua incursão nos estudos históricos sobre os Descobrimentos na mesma linha de acção que o levou aos Açores, a S. Tomé, à Índia, a Angola e a Moçambique, sempre numa ânsia de acrescentar, por suas ideias e trabalhos, as obras valorosas dos nossos antepassados.

É, de resto, o que o escritor indirectamente revela, logo nas primeiras páginas deste livro, ao referir a necessidade de pela história os povos fortalecerem a alma e a «consciência de comunidade», especialmente «nos graves transes nacionais». Esse foi certamente um dos grandes motivos impulsionadores do livro.

Pela consciência dos grandes feitos praticados e não menos pelo conhecimento dos erros cometidos. E este último aspecto, o triste quadro que nos é evocado — na «avidez da riqueza fácil», «vaidade», «luxo», «degradação do carácter», o que tudo levou a «triste letargia» — cons-

titui uma lição não menos útil, na actualidade. Todas as palavras e exemplos serão poucos para prevenir as tentações e os erros que levam consigo o gérmen das derrocadas que a todos, sem excepção, arrastam.

Estamos em presença duma iniciação douta e corajosa. O seu autor, escudado nas verdades que recolheu dos documentos escritos e contemplou nas cenas da vida presente, nas quatro partes do mundo português, não teme afrontar a autoridade, tida como intocável, dos melhores cronistas. E fá-lo sem atacar nem ferir, eximindo-os, pelo contrário, das sujeições e restrições que à sua humana condição de seres dependentes eram no seu tempo impostas à liberdade de expressão e de crítica. Desta sorte, num sentido construtivo, Viriato Campos soube, com digna simplicidade, carrear uma autêntica, valiosa e positiva contribuição.

Dezembro de 1965.

SARMENTO RODRIGUES
Contra-Almirante

I

SERIA INTERMINÁVEL A HISTÓRIA DA PRÓPRIA HISTÓRIA SE ALGUÉM TENTASSE ESCREVÊ-LA

Em história, como em qualquer tese ou tema científicos, não há lugar para a mentira. Mas temos de reconhecer que em questões de carácter político, religioso ou de competição, a história fica sujeita, por muito que se não queira, à influência de historiógrafos e historiadores, pois é difícil ao homem alhear-se dos seus interesses, libertar-se dos seus sentimentos ou abdicar das suas convicções; daí serem tão diferentes as descrições e resultados de análise de figuras e acontecimentos notáveis do mundo que já passou. Este, um grande mal da história.

O que acaba de dizer-se explica esse lugar-comum de hoje — espada de dois gumes, aliás — que é o de se afirmar que as épocas justificam muitos dos crimes e crueldades de governantes e responsáveis do passado. Claro que, se se mantiver este errado e injusto conceito no decurso do tempo, ficará para a posteridade, por exemplo, que os crimes cometidos contra os Judeus na última guerra mundial os justificou a nossa época. E todos sabemos, para honra do homem do século XX, como tais crimes repugnaram à nossa consciência. Actos da

natureza do que apontámos agora podem verificar-se em qualquer época, se as circunstâncias os favorecem e o Poder se concentrar em pessoas de índole adequada para os perpetrarem ou consentirem.

Outro resultado, que vale a pena referir, da influência, na história, da personalidade de quem a escreve ou reproduz — e este bem grave — é o das propositadas omissões de factos em muitos dos seus capítulos, tantas vezes a desvirtuarem os acontecimentos e a sua verdade última.

Como, porém, estamos cientes de que a influência enunciada também faz parte da história, esta não deixará de ser sempre o repositório da experiência adquirida ao longo de gerações, indispensável para compreendermos muitas atitudes e problemas humanos do nosso tempo e para sabermos como se atingiu o grau de civilização a que chegámos e foi possível dispor dos bens que usufruímos.

Também causa de erros na história, sobretudo no que respeita a descobrimentos marítimos, é a apontada por Luciano Cordeiro, que dizia, nos fins do século passado, a propósito dos padrões que Diogo Cão deixou colocados em África, que os nossos historiadores faziam cópia de cópia, retransmitindo-nos, desta forma, erros que já vinham muito de trás.

Sabemos que hoje se não fazem cópias de cópias, porque o conceito de propriedade lite-

rária é diferente do de outros tempos, mas fazem-se correntemente — na história como fora dela — transcrições, com a indicação da origem, do que outros escreveram, o que pode conduzir aos mesmos resultados.

É certo que a história ganha com a difusão de transcrições completas de documentos ou de conclusões apresentadas por investigadores de matérias especializadas, mas já é duvidoso que o mesmo suceda, por muito elegante que seja a forma usada, em relação a deduções e ilações de carácter geral, as quais os autores de obras históricas podem muito bem analisar, interpretar e retransmitir com palavras suas, para, deste modo, se aperceberem de erros que acaso contenham.

II

OS POVOS PRECISAM DE HISTÓRIA. A GRANDE ÉPOCA PORTUGUESA E MALES QUE SE LHE SEGUIRAM

Os povos, como o homem, também precisam de história — da sua própria história — para terem alma e uma sólida consciência de comunidade, que lhes é dada pelo conhecimento da vida, feitos e reveses dos seus antepassados e da participação destes na marcha da Humanidade.

Nos graves transes nacionais cada povo recorre à sua história para consolidar ou retomar a confiança em si próprio e despertar as suas energias latentes.

Mas a contemplação da história pode dar aos povos qualquer coisa mais que aquela confiança nos momentos de perigo; pode indicar-lhes, além dos erros que cometeram e não convém repetir, os defeitos adquiridos em décadas ou séculos da sua existência e ajudá-los, assim, a corrigi-los, como pode, ainda, encorajá-los a abrirem novos caminhos e a seguirem outros rumos de educação e de carácter, para viverem ou sobreviverem com dignidade.

O espírito de sacrifício e de luta do povo português levou-o a encetar, no século XV, os descobrimentos marítimos e a efectuar estes, sòzinho, durante dezenas de anos e, depois, em aberta e destemida competição.

O que esse esforço representou de arrojo, de sofrimento e de desgaste está dito e redito por historiadores e poetas, a mostrarem as virtudes da raça, nunca por ninguém postas em dúvida. Já sobre as glórias dos resultados obtidos por sucessivas plêiades de homens daquela época (governantes, descobridores, astrónomos, pilotos, guerreiros, clérigos, construtores de naus e caravelas, cartógrafos, marinheiros, etc.) divergem as opiniões, há polémicas, conjecturas e injustiças. E é por isso que tão cedo não terá fim o processo histórico dos descobrimentos marítimos.

Se se disser, em síntese, que o povo português desfez lendas e erradas concepções geográficas; que se lançou no mar alto e aí estudou a melhor forma de se aproveitarem os ventos; que criou e desenvolveu a navegação astronómica no Ocidente; que revelou a uma Europa apática, ou aparentemente desinteressada, as ilhas perdidas e inabitadas do Atlântico, a África em toda a sua grandeza e o distante Oriente — este através de um caminho que iria permitir um fácil contacto entre civilizações muito diferentes — e, ainda, a costa oriental da América do Sul; que contribuiu para firmar a civilização cristã, na medida em que foi substituindo os Mouros no seu comércio de produtos ricos, isto pouco depois de se ter dado o episódio de Constantinopla de 1453, que marca inexplicàvelmente o início convencional

da Idade Moderna; que fez primeiro que nenhum outro a verificação prática de que a Terra seria provàvelmente esférica e a do seu real tamanho —, só se enumeram verdades e relembra-se a alta capacidade de realização dos Portugueses de Quatrocentos e dos primórdios de Quinhentos.

Esta página com que Portugal enriqueceu a História Universal (havemos de ver a injusta medida que lhe dão livros do ensino secundário da Inglaterra e da França) e que todos estaremos de acordo em defender dos que atentam contra ela, merece que a estudemos com amor reflectido e com verdade, retirando-lhe os desacertos que nós próprios lhe introduzimos e aproveitando dela os ensinamentos que ainda nos pode dar.

Em pleno século XVI, as virtudes reveladas nos brilhantes descobrimentos do século anterior ficaram ensombradas pela avidez da riqueza fácil e pela vaidade (bem marcadas na nossa História Trágico-Marítima), do que adveio o despovoamento do Reino, o luxo, a degradação do carácter e, por fim, a triste letargia de 1580-1640. Talvez que naqueles dois grandes males estejam quase sempre as razões de outros que, em épocas posteriores, atingiram a pátria portuguesa. Não foi por acaso que, no século XIX, Portugal recebeu a primeira invasão francesa pràticamente sem luta, nem também foi por acaso que, depois o escol do País viu perpassar na sua frente as

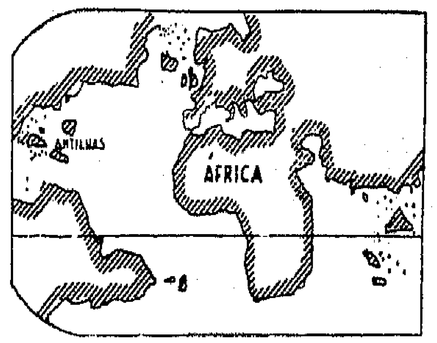
admiráveis conquistas do génio humano obtidas por outros povos.

E porque o passado é herança de todos nós e o futuro deve ser, perante resultados positivos comparados, esperança para os vivos e para os que, num renovar incessante, aos poucos, nos estão a suceder todos os dias, parece que devíamos relembrar, com mais frequência, a par dos grandes feitos doutrora, alguns destes pedaços da nossa História, para sentirmos melhor a responsabilidade dos nossos actos perante a colectividade nacional e para compreendermos, sem esforço, que o trabalho sério e a modéstia das nossas almas são formas simples de servir a Pátria e o contrário formas de desservi-la.

III

COMO SE ESCONDEM OS ERROS DE LATITUDE COMETIDOS NAS VIAGENS DE COLOMBO

Distraídos muitas vezes com pormenores da nossa grande epopeia marítima não proclamamos e quase chegamos a esquecer factos relevantes dos descobrimentos, como o de que foram os Portugueses quem primeiramente determinou nos fins do século XV, com suficiente aproximação, a Linha equinocial — a passar tangencialmente a costa sul da ilha de S. Tomé. (Na realidade passa a uma milha e tal, para Sul).

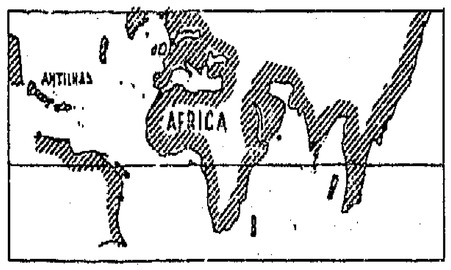


Esquema do mapa de La Cosa (1500)

Comparando os esquemas, que seguidamente se apresentam, dos planisférios espanhol de Juan de La Cosa (1500), português (1502) e de Waldseemüller (1507), este último com a particularidade de nele ter sido escrita pela primeira vez a palavra AMÉRICA, que daria o nome definitivo ao imenso continente ocidental, ver-se-á que a Linha equinocial determinada pelos Portugueses no Golfo da Guiné era a única pràticamente certa no princípio do século XVI.

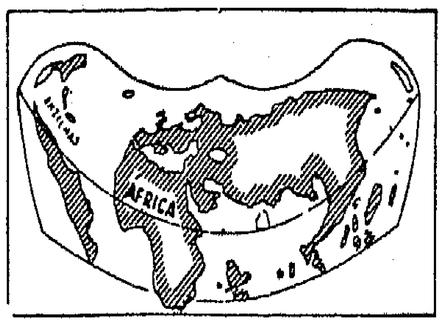
No planisfério de La Cosa, que regista os resultados dos descobrimentos marítimos até

1500, verifica-se que a Linha equinocial passa em posição quase correcta no Golfo da Guiné, onde os Portugueses já antes de 1485 procuravam determinar, como deu a conhecer Bartolomeu Colombo, irmão do grande navegador Cristóvão Colombo, as latitudes pela altura meridiana do Sol; em contrapartida, na zona dos arquipélagos das Antilhas descobertos por Colombo, o erro de localização é enorme — superior a 10° de latitude (mais de mil quilómetros).



Esquema do mapa português (1502) conhecido por «planisfério de Cantino»

O planisfério português (Cantino), já assinalando os nossos descobrimentos até 1502, mostra o seguinte: mantém lògicamente, por ser português, a posição correcta da Linha equinocial no Golfo da Guiné, linha que junto do Novo Continente se aproxima da posição real sòmente em relação aos dois lugares que os Portugueses marcaram em 1500, quando descobriram a costa oriental da América do Sul (Porto Seguro e Cabo de S. Jorge).



Esquema do mapa de Waldseemüller (1507)

No mapa de Waldseemüller, de que constam todos os descobrimentos feitos até 1506 — ano

em que Colombo e os Espanhóis já estariam mais esclarecidos sobre as latitudes das Antilhas — fez-se esta notável modificação: o Equador foi deslocado para norte, passando em África nas proximidades da actual Guiné Portuguesa e, na América, alguns graus mais acima do que o marcado no planisfério de La Cosa. Quer dizer, para mostrar diminuído o erro extraordinário cometido na determinação das latitudes das Antilhas houve que sacrificar a exactidão das latitudes de África determinadas pelos Portugueses e o resultado foi ficarem todas erradas.

Lamentàvelmente, ainda se passam factos semelhantes no século XX. A «*História da Cartografia*» do professor André Libault, de Paris, apresenta uma reprodução parcial do planisfério de La Cosa, mas em que não são apanhadas as designações, nele inscritas, «Círculo Equinocial» e «Círculo do Cancro», sobre as linhas respectivas. Ao lado dessa reprodução vem um esquema, em escala reduzida, do conjunto do planifério, tendo apenas marcada a meio, sem nenhuns dizeres esclarecedores, a linha correspondente ao Trópico de Câncer do planisfério, e todos ficamos com a ilusão de que ela é a do Equador a atravessar, erradamente embora, a África de 1500 acima da nossa actual Guiné — porém a mostrar-se mais próxima da sua posição real na zona das Antilhas, a fim de dissimular o erro dos Espanhóis.

IV

NÓS, PORTUGUESES, E COLOMBO COM OS ESPANHÓIS, NA PROVA DA ESFERICIDADE DA TERRA

Os Espanhóis têm aproveitado os nossos silêncios e o tempo que às vezes perdemos em conjecturas de interesse muito restrito e discutível para difundirem com frequência pelo mundo notícias da sua acção descobridora e reproduções dos documentos históricos que mais lhes interessam, mesmo estrangeiros, como o mapa de Waldseemüller de 1507, que traz, no verso, uma nota explicativa de Carlos Sanz a dizer-nos que devido às viagens de Colombo se ficou a conhecer que a Terra era redonda.

Como se sabe, os Portugueses foram os primeiros, à volta de 1472, a passar o Equador no Atlântico, consolidando assim a remota ideia da esfericidade da Terra abraçada por astrónomos e geógrafos da Antiguidade Clássica (de que se destacou Erastótenes, ao calcular em Alexandria no século III antes de Cristo, duma forma que parece inconcebível, o valor aproximado da medida do meridiano terrestre), e, mais tarde, depois de longo intervalo, pelos cartógrafos dos fins da Idade Média.

Para Carlos Sanz fazer uma afirmação tão inexacta, será preciso ignorar ou ter o propósito

de esquecer tudo o que se acaba de dizer, em especial o descobrimento do Golfo da Guiné, onde, navegando em latitude, no sentido sul, se deixavam de ver a constelação da estrela Polar e outras para se verem as do lado contrário por a Terra ser redonda (forma que alguns compêndios de Geografia ainda insistem em fazer crer fácil de verificar pelo lento desaparecimento de um barco ao longe); e será preciso contar ainda com a receptividade própria de um mundo em geral pouco esclarecido sobre problemas histórico-geográficos.

Se fosse possível reconhecer a redondeza da Terra só por se ter viajado em longitude das Canárias para as Antilhas, a partir de 1492, igual verificação estaria feita décadas atrás por se viajar desde 1427 do Continente português para os Açores e mares do Oeste.

Mas, afinal, Colombo, extraordinário na afirmação da sua Fé perante a maravilhosa obcessão que teve durante os sete ou oito anos que precederam a grande e bela aventura de ir procurar a Ásia pelo Ocidente, baseado exactamente na ideia da esfericidade da Terra, foi o primeiro que acabou por negá-la.

No relato da sua terceira viagem, que mandou da ilha espanhola (Haiti) aos Reis Católicos, afirmava que a Terra tinha a forma duma pêra (sem o adelgaçamento que normalmente tem no lado do pé), ou do conjunto de um seio de

mulher assente sobre uma bola — onde ele estaria quase no cimo —, isto depois de saber que as latitudes açóricas, determinadas pelos Portugueses, eram maiores que as das Antilhas, apesar de ter errado estas por excesso numa escala que bem mostra a má preparação que ainda tinha, em 1496, de navegação astronómica.

V

O QUE DIZEM MANUAIS DE HISTÓRIA UNIVERSAL DO ENSINO SECUNDÁRIO DE FRANÇA E INGLATERRA E UM DE HISTÓRIA DA ESPANHA SOBRE OS DESCOBRIMENTOS DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA E DO BRASIL

A «*História*», de J. Isaac e A. Alba, por que se estuda em grande parte dos liceus de França, dedica ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia apenas quatro linhas. Para sermos mais expressivos: «*Encorajado* (pela viagem de Bartolomeu Dias), *Vasco da Gama deixa Lisboa em Junho de 1497* (deixa-a em 8 de Julho), *dobra no percurso o Cabo da Boa Esperança e segue a costa oriental de África até perto de Zanzibar, de onde um piloto árabe o conduziu à costa ocidental da Índia — a Calicute (Maio de 1498).*»

E remata a notícia com a frase: «*Mas já Cristóvão Colombo tinha descoberto a América*», como que vindo muito a propósito, só por o tema seguinte tratar de *Cristóvão Colombo.*

Sobre o Brasil limita-se o mesmo livro a indicar, quando se refere à formação dos impérios coloniais português e espanhol, que «Cabral» o havia descoberto.

George W. Southgate, na «*História da Europa*», em uso nas escolas secundárias inglesas, lacònicamente informa que: «*Em 1497 Vasco da Gama seguiu Dias* (na exploração da costa afri-

cana), *mas foi mais longe. No Natal de 1497 aportou à região que desde então se chama «Natal». Em 1498 chegou a Calicute, na costa oriental da Índia e o problema ficou solucionado... Depois do seu regresso a Portugal, largou em 1501* (sic) *para a Índia, sob o comando de «Cabral», uma esquadra de treze navios, que, desviada da sua rota por uma tempestade, alcançou a região que foi mais tarde denominada «Brasil».*

A *«História de Espanha»*, de José Terrero, conta-nos que *«até D. João II os barcos portugueses atravessam o equador, descobrem o golfo da Guiné e várias das suas ilhas (Corisco, S. Tomé, Príncipe, etc.), pretendendo encontrar o caminho das Índias, mas, antes deles, conseguem-no, por rota distinta, as caravelas castelhanas, comandadas por Cristóvão Colombo»*. Além do mais repare-se que Corisco é um ilhéu sem importância, situado na foz do Temboni (antigo Rio da Angra), na costa ocidental africana, o qual nem sequer figura nos mapas actuais, e que as ilhas de Fernando Pó e de Ano Bom, que os Espanhóis ocupam há muito, ficaram naquele «etc.».

Diz ainda a mesma *História de Espanha* que quem descobriu o Brasil foi Vicente Yáñez Pinzón.

Em boa verdade não temos que ficar admirados com o que acabamos de ler. No *Compêndio de História Universal*, de António G. Matoso, adoptado em Portugal, conclui-se que o Brasil

foi descoberto antes de Pedro Álvares Cabral — não se sabe quando nem por quem — e que não se comunicou o facto na devida altura por causa do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494.

Com as conjecturas e afirmações que temos feito, sobretudo no século XX, relativas ao descobrimento do Brasil, somos os primeiros a atentar contra a nossa própria e verdadeira História, apoucando o feito de Álvares Cabral naquele dia 21 de Abril de 1500 em que, ao ver no mar sinais de terra, se orienta no sentido dela — no da costa oriental da América do Sul, que pela primeira vez (no dia seguinte) iriam admirar olhos europeus.

Quando outros, em grato anseio, procuram oferecer à história nomes dos que, merecendo-o, acaso lá não ficaram, nós fazemos o contrário: queremos tirar a Álvares Cabral a glória de ter descoberto a Terra de de Vera Cruz em 22-4-1500, e dá-la, inverosìmilmente, em ano ignorado, a um anónimo antecessor (decerto acompanhado por tripulações cegas e mudas) — o que equivale a não a dar a ninguém.

VI

DO FACTO DE OS HOMENS DE POSIÇÃO TEREM DE CALAR, PARA VIVEREM JUNTO DOS QUE CONCENTRAM O PODER, ALGUMA COISA DO QUE DESEJARIAM EXPRIMIR, RESULTAM DIFICULDADES PARA A HISTÓRIA. ASSIM, O CASO DE RUI DE PINA QUANTO AOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS DO TEMPO DE D. JOÃO II

Para que possam apreciar-se numa mais exacta perspectiva os silêncios e impressões havidos nos relatos das viagens de Diogo Cão e da que se lhes seguiu de Bartolomeu Dias, impõe-se que recordemos o ambiente que se vivia nos anos próximos de 1500, quando Rui de Pina, já guarda-mor da Torre do Tombo, escrevia sobre a vida de D. João II, em cujo reinado aquelas viagens se fizeram.

As crónicas são ainda, com todos os seus defeitos, dos melhores documentos para se estudar uma época, principalmente quando escritas por homens responsáveis que tiveram à sua disposição os arquivos oficiais e assistiram a muitos dos acontecimentos que narraram.

Por muito que nos custe, temos de aceitar os panegíricos de figuras principais da história proferidos pelos cronistas e as omissões a que, quantas vezes, eles foram obrigados pela força das circunstâncias da época, não tanto da que descreveram, mas daquela em que escreveram.

Não há homens «independentes» na pura acepção da palavra e nem mesmo os governantes

o são. É sabido que os homens para viverem em sociedade têm de abdicar de muita coisa que lhes é cara e que o sacrifício da abdicação é em geral directamente proporcional à posição que ocupam. E tudo se agrava quando se vive junto do escol dos poderes.

Tivesse Rui de Pina terminado a «*Crónica de D. João II*» em vida deste rei e não saberíamos hoje, certamente, que ele tinha o nariz tombado e a voz fanhosa, e que os olhos, às vezes, se lhe raiavam de sangue, mas conheceríamos melhor o que se passou na viagem de descobrimento do Cabo de Boa Esperança (hoje «da» Boa Esperança), viagem essa que deixou na obscuridade, sem nomear sequer, Bartolomeu Dias. Como, porém, escreveu e concluiu a crónica no reinado de D. Manuel, resultou daí ficar a história prejudicada.

Ninguém duvidará que, tendo Rui de Pina vivido na roda de D. João II e exercido as funções de diplomata e de notário público, e participado em actos do maior relevo do reinado, designadamente nas negociações do Tratado de Tordesilhas, não fosse capaz de medir a importância que a empresa dos descobrimentos teria para a história, tanto mais que, como se disse, dirigia, na altura em que escreveu a «*Crónica de D. João II*», a Torre do Tombo e então se apercebeu claramente que o Rei era «*mui solícito investigador dos segredos do mundo*».

A «*Crónica de D. João II*» escrita — se não na totalidade, pelo menos em grande parte — no reinado seguinte ao daquele Rei, quando Vasco da Gama já era glorioso Almirante da Índia e D. Manuel I se intitulava Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, Senhor da Guiné e da conquista navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, havia de ressentir-se da euforia compreensível de D. Manuel, por ter ficado satisfeita uma grande ambição real e de parte da «élite» de Quatrocentos.

Rui de Pina sabia bem que o enorme prestígio de Vasco da Gama levara D. Manuel a sacrificar Pedro Álvares Cabral, em 1502, apesar de ele ter descoberto o Brasil, só porque se opôs com dignidade a que se fizessem excepções a Vicente Sodré, tio de Gama, na frota que estava para comandar em nova viagem à Índia.

O menos mal que hoje poderemos pensar de Rui de Pina é que o dirigente da Torre do Tombo, homem decerto cauteloso, anteviu os riscos que correria se, na qualidade de cronista oficial, escrevesse o que quer que fosse capaz de ofuscar a auréola de D. Manuel I, criada pelo descobrimento de Gama. Só assim se compreenderá que Pina nos quisesse distrair na sua «*Crónica de D. João II*» com a indicação do dia exacto em que o Rei pela primeira vez bebeu vinho — em 17-5-1492 — e não revelasse abertamente a realiza-

ção máxima de D. João II, o descobrimento do Cabo da Boa Esperança, aliás por ele mencionado inopinadamente na crónica do reinado anterior, de D. Afonso V, quem sabe com que sentido.

Não sendo possível defender a atitude de Rui de Pina na «*Crónica de D. João II*», não o devemos, contudo, recriminar totalmente pela grande falha que teve sobre o descobrimento do Cabo, porque, bem vistas as coisas, ele sempre nos deixou o que pôde: precisamente uma sucinta relação da viagem da última frota descobridora de D. João II, mas com carácter de inominada, o que deu lugar a uma interpretação menos feliz de João de Barros, ainda com reflexos na actualidade.

VII

UMA LAMENTÁVEL CONFUSÃO DE JOÃO DE BARROS AO INTERPRETAR A «CRÓNICA DE D. JOÃO II» (DE RUI DE PINA) DEIXOU O HISTORIADOR EMBARAÇADO NA DESCRIÇÃO DAS VIAGENS DE DIOGO CÃO E LEVOU-O A SACRIFICAR BARTOLOMEU DIAS

Tivemos muitas hesitações sobre se valeria a pena abordar problemas históricos cujas soluções, certas ou erradas, já estão consagradas pelos homens e pelo tempo — talvez mais pelo tempo que pelos homens — e ficarmos sujeitos a riscos de ordem moral por noticiar os erros e a falta do grande historiador João de Barros, que tanto trabalhou pelo bem da sua Pátria e muito admiramos. Não esquecemos que Barros escreveu quase exclusivamente à luz da candeia a sua grandiosa obra para a legar ao pequeno Portugal que transmitiu aos outros povos, pelo exemplo do seu esforço persistente numa bela empresa e por simpatia, a ideia e o sentimento pátrios com o sentido que hoje têm, muito antes da Revolução Francesa, que alguns consideram sua fonte criadora, nem esquecemos que a obra admirável, de índole épica, que é a «*Ásia*», e a epopeia de Luís de Camões que se lhe seguiria, uma e outra com o intuito de imortalizar os feitos de Portugal, acabaram, sem que os seus autores o previssem, por lhe insuflar espírito e por imortalizar também a alma e a língua portuguesas.

Mas a história, consequência da ânsia que temos de conhecer, em todos os domínios da Natureza, o segredo da criação e as transformações do mundo físico e da vida social, pede que se procure a verdade. Por outro lado, como «*o que tem de ser tem muita força*», não há ninguém, nem mesmo os que condenam resignações como esta, que não sinta alguma vez o poder avassalador de um fatal «*tem de ser*». Daqui o que vai agora seguir-se.

Quem ler a descrição das duas viagens de Diogo Cão feita por João de Barros na *Década I* da sua obra verificará, decerto, como verificou Luciano Cordeiro, que ele, depois de dizer que a primeira teve início ou se realizou em 1484 e de nos descrever ambas, dá a segunda viagem como terminada em 1486 e, inesperadamente, acaba por considerar esta a primeira. Acrescenta Barros que D. João II, quando Diogo Cão regressou da última viagem, estava em Beja.

Nenhuma destas coisas aconteceu, porém. Nem Diogo Cão partiu em 1484 para qualquer viagem de descobrimento, como está provado, nem regressou ao Reino em 1486, como mostraremos, nem neste ano D. João II esteve em Beja.

Antes de descrevermos os erros e a falta de João de Barros cometidos na sua narrativa das viagens de Diogo Cão — e desde já se admite que os primeiros sejam de responsabilidade indirecta de Rui de Pina —, impõe-se dizer que o pouco

tempo de que Barros (tesoureiro e depois feitor da Casa da Mina e da Índia) dispunha para se deslocar de Lisboa em busca de documentos, onde os houvesse, fez que, no passo da primeira Década relativo àquelas viagens, ficasse impossibilitado de registar os descobrimentos respectivos com absoluta fidelidade. Faltou-lhe aí a luz de peças essenciais, os padrões — que só há pouco mais de meio século viemos a conhecer —, para iluminar tão importante capítulo da obra histórica que escreveu e deixou inacabada.

As consequências desse facto foram bem exploradas na «*História das Índias*» pelo historiador espanhol Frei Bartolomeu de Las Casas, a quem teremos de recorrer neste nosso trabalho. Recordemos, por isso, que quer João de Barros, quer Las Casas, foram historiadores e moralistas da mesma época, embora de espírito e propósitos muito distintos. De comum sabemos que possuiam elevada cultura e usavam de sinceridade.

Las Casas, grande defensor do direito natural dos Índios, exaltou Cristóvão Colombo. João de Barros enalteceu os feitos dos Portugueses.

Na forma como viam a ética da história e alguns acontecimentos, muito se distanciavam os dois historiadores. João de Barros, por exemplo, entendia, ao contrário de Las Casas, que a história devia esconder factos menos dignos, conceito que, por muito grande que seja a probidade do historiador, pode deformar um aconteci-

mento, uma figura, uma época; Las Casas censurava a escravatura dos Índios que, no entanto, admitia para os nativos de África — atitude esta tão inaceitável como paradoxal.

Não duvidar de nada do que qualquer deles nos disse ter visto, lido ou obtido de fonte oral, é a mais justa e respeitosa homenagem que podemos prestar aos dois fecundos historiadores quinhentistas dos descobrimentos marítimos.

Apontar-lhes, por outro lado, alguns erros ou faltas que cometeram, julgamos ser um dever para com a história, sem que nos esqueçamos do muito que nós, Portugueses, devemos a João de Barros.

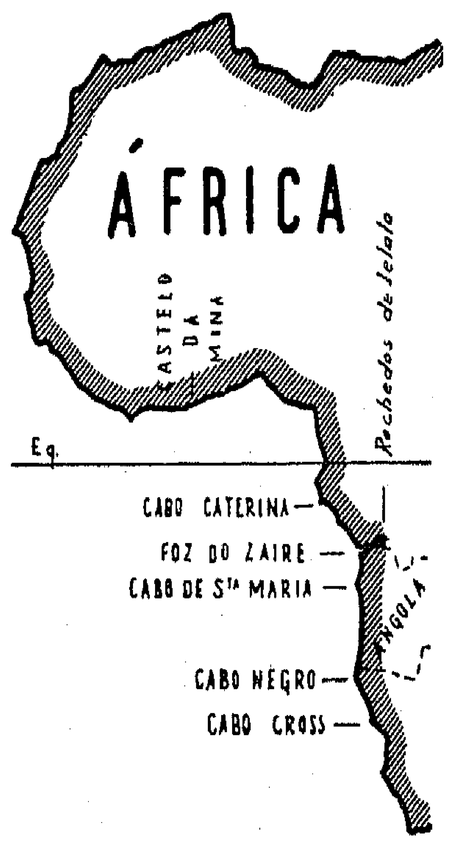
Que Barros se emaranhou na descrição das viagens de Diogo Cão e, como náufrago perdido, só vê salvação nas frágeis amarras da história que são as já referidas e nefastas omissões, não poderá haver qualquer dúvida. Iremos ver. Barros aceitou ou estabeleceu erradamente que a primeira viagem de Diogo Cão se fez ou iniciou no ano de 1484 (Rui de Pina não o indicava), talvez pelo que era de deduzir da «*Oração de obediência*» de D. João II ao Papa Inocêncio VIII, proferida nos fins de 1485 em Roma, e na qual se dizia de forma pouco exacta, usual na época, que no ano anterior os Portugueses tinham chegado até perto do Promontório Prasso, presumível extremo sueste da África, no Índico. (O planisfério de Fra Mauro, encomendado ainda pelo

Infante D. Henrique, situava-o sensìvelmente à mesma latitude do ponto da costa atlântica atingido por Diogo Cão nessa viagem). Talvez, também, que Barros conhecesse o manuscrito original ou qualquer apógrafo do «*Esmeraldo de Situ Orbis*», de Duarte Pacheco, onde o ano de 1484 era igualmente dado como o da ordem régia do descobrimento que revelou o Rio Zaire. Acresce que a «*Crónica*» de Schedel, editada em Nuremberga nos meados de 1493 (que Barros poderia ter possuído), não desmentia, por sua vez, com a sua imprecisão, a notícia duma viagem à volta daquele ano.

Fosse como fosse, o certo é que na convicção de que o ano de 1484 tinha sido o da realização da primeira viagem, Barros começa a descrevê-la na fé do que interpretava na «*Crónica de D. João II*» (de Rui de Pina), essa crónica sem clareza, e tantas vezes abstracta, que utilizou na elaboração da *Década I*.

João de Barros dá-nos a notícia que Diogo Cão chegou apenas até à foz do Rio Zaire (Pina dizia tão-sòmente que a frota ali aportara); afirma que se implantou nessa viagem um único padrão, o de S. Jorge, na foz do mesmo rio; informa-nos que o descobridor resolveu trazer quatro pretos, dos principais do reino do Congo, apanhados a bordo (quando visitavam confiantemente as nossas caravelas), por não terem ainda aparecido, ao cabo de muito tempo, os portugue-

ses que o navegador havia mandado ao interior falar com o Manicongo (Senhor do Congo); diz que Diogo Cão se comprometeu, perante os pretos das margens do Zaire que assistiram ao sequestro dos seus chefes, a devolver estes dentro do prazo de quinze luas (correspondente a catorze meses), isto para segurar a vida daqueles emissários portugueses.



Mapa do litoral oeste africano, mostrando a localização dos Cabos Caterina e do Padrão (Cross), entre os quais, em duas viagens, Diogo Cão efectuou o descobrimento de mais de 2000 quilómetros de costa e reconheceu as margens do Zaire até aos rochedos de Ielala

Descreve, depois, João de Barros a viagem seguinte — que virá a considerar a primeira —

na qual retornaram os reféns pretos ao Zaire, antes de expirar o prazo de quinze luas fixado pelo grande navegador, salvando-se assim os portugueses que tinham ficado com o Senhor do Congo e que, de facto, estavam com os seus dias contados.

Segundo Barros, Diogo Cão colocou nesta segunda viagem os padrões de Santo Agostinho e do Cabo do Padrão, o primeiro no Cabo do Lobo (hoje de Santa Maria) e o último no actual Cabo Cross, e volta ao Reino com novo grupo de pretos, que trazia, agora a pedido do Manicongo, para ser doutrinado na fé de Cristo — tendo D. João II assistido nesse tempo (em 1486) ao seu baptismo em Beja.

Poderia Barros ter verificado na Torre do Tombo que a última vez que el-Rei tinha estado em Beja havia sido no primeiro semestre de 1485, onde só tornaria a voltar em fins de Novembro de 1488 — e, portanto, que D. João II não assistiu em Beja a qualquer baptismo no ano de 1486.

Na base, provàvelmente, da promessa do navegador relativa ao prazo de quinze luas e da duração normal das viagens ao Congo (que sabe ser da ordem dos sete ou oito meses, ida e volta, em mar), sente-se o historiador obrigado a dar terminada uma viagem em 1486 e, já confundido, chama primeira à segunda.

Veremos adiante que a confusão a que aludimos resulta do facto de na relação, que sem

dúvida possuiu, da viagem de Bartolomeu Dias, ter necessàriamente de constar que fora este o descobridor que levara ao Zaire os reféns trazidos por Diogo Cão, e aí estará o motivo por que teve de dar como efectuada em 1486-87 a viagem de Bartolomeu Dias de 1487-88 (foi Barros que originou esta errada notícia, retransmitida durante mais de quatro séculos).

Barros, embaraçado entre o que interpretava na crónica de Rui de Pina, mas que ela não dizia, que o retorno ao Congo dos reféns pretos, supostamente vindos na primeira viagem, se verificou na segunda, e aquilo que lia no relato da viagem de Bartolomeu Dias (possìvelmente cópia da mão de Pina ou do seu ajudante), tinha de escolher perante a alternativa por ele próprio assim criada; escolheu de facto, mas, infelizmente, escolheu a versão não verdadeira.

A alguém que possa duvidar que João de Barros nos legou uma composição sua acerca das viagens de Diogo Cão, ùnicamente baseado na «*Crónica de D. João II*» e nos poucos elementos que teria obtido no arquivo cartográfico da época, ao seu dispor, pedimos que atente no seguinte: duas cartas régias de princípios de Abril de 1484 revelam que D. João II fez mercês e graças ao navegador pelos felizes resultados duma viagem de descobrimento, então recentemente concluída; por outro lado, as legendas, estudadas por distintos historiadores, do padrão de Santo

Agostinho ([1]), implantado no Cabo de Santa Maria, pràticamente termo da primeira viagem, e do padrão do Cabo Cross ([2]), colocado no extremo final da segunda (são estes os únicos padrões que existem intactos), confirmam que o navegador recebeu ordens para efectuar o seu primeiro descobrimento em 1482 e o segundo em 1485, anos que se sabe terem sido os da partida de Diogo Cão.

Por seu turno os rochedos de Ielala, que na sua simplicidade constituem o mais grandioso monumento dos descobrimentos existente no Mundo, erguido na solidão daquele lugar marginal do Zaire, próximo da cidade de Matadi ([3]), mostram numa das inscrições neles gravadas quando da passagem de Diogo Cão por ali, na sua segunda viagem, que esta só se iniciou depois de D. João II ter feito nos princípios de 1485 uma alteração no escudo real — já patente naquela inscrição.

([1]) A legenda do padrão de Santo Agostinho diz: «Na era da criação do mundo de 6681 e do nascimento de Nosso Senhor Jesus de 1482 anos, o mui alto, mui excelente e poderoso príncipe, el-rei D. João II de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão, escudeiro da sua casa.»

([2]) Na legenda em português (há outra igual em latim) do padrão do Cabo Cross, lê-se: «Na era da criação do mundo de 6685 e de Cristo de 1485, o excelente e esclarecido rei D. João II de Portugal mandou descobrir esta terra e pôr este padrão por Diogo Cão, cavaleiro da sua casa.»

([3]) Muitos portugueses, decerto, rejubilariam se um dia lhes fosse dado ver um filme do monumento de Ielala.

João de Barros, que desconheceu aquelas cartas régias e os textos das legendas dos padrões, erra o ano de início da primeira viagem, indica mal o seu extremo final no Zaire e, implìcitamente, dá como colocado nela um único padrão, o da foz daquele rio.

Porque julga que a descrição que Rui de Pina faz da segunda viagem se refere à primeira — a que supõe realizada em 1484 — fica inibido de registar que o ano de 1485, indicado na «*Crónica de D. João II*», fora o do início dessa viagem (segunda de Rui de Pina, primeira para João de Barros).

Quer dizer, Barros não só errou as datas destas duas viagens de descobrimento de Diogo Cão, como desconheceu onde acabou a primeira e quantos os padrões colocados em cada uma delas; desconheceu, afinal, quase tudo o que era essencial ter transmitido com exactidão.

Seguramente, podemos afirmar que Barros não teve nas suas mãos nenhuma outra descrição das viagens de Diogo Cão além da que nos deixou Rui de Pina, a qual procurou, no entanto, completar, mas, vendo bem, só com aquilo que para qualquer seria intuitivo ter acontecido. Com efeito, dizer-nos Barros, apenas — ele que tão pródigo e minucioso foi a fornecer-nos datas de partida e de chegada de frotas, nomes de navios, de capitães, pilotos e mestres —, que para continuar os descobrimentos da costa africana, rea-

lizados em tempo de D. Afonso V, Diogo Cão na sua primeira viagem foi demandar o Cabo Lopes Gonçalves, o mais saliente dos que antecedem de perto o Cabo Caterina, último ponto que até então se tinha reconhecido, e acrescentar que antes de atingir este cabo passou pelo castelo da Mina, construído para defesa do resgate de ouro e apoio da navegação portuguesa no Golfo da Guiné, equivale a contar-nos apenas o que seria inexplicável não ter sucedido.

Mas veja-se que nem nesta última ilação foi feliz, porque, julgando a primeira viagem realizada em 1484, portanto, para ele, dois anos depois daquele em que se construiu o castelo (1482), vem a dizer que Diogo Cão foi lá para se prover «dalguma necessidade», quando a frota, a passar pelo castelo da Mina na fase da sua construção — e estamos em crer que passou —, tê-lo-ia feito para dar ajuda e levar notícias do Reino e não para ser ajudada.

Dizer-nos João de Barros, por outro lado, quanto à segunda viagem, que se fizeram nela alguns saltos em terra e indicar as léguas andadas, são também deduções que podiam resultar da observação das cartas antigas de África, que marcavam uma «Angra do Salto», a localização dos padrões, etc., e coisas que constavam, em parte, da relação da viagem de Bartolomeu Dias.

Mas dá-se o caso que João de Barros, para

mal dos seus ou dos nossos pecados, não se limitou a cometer uma série de erros; cometeu alguns ciente de que se não harmonizavam com a sua interpretação — e aqui é que está a sua falta na história.

Barros sabia perfeitamente que o segundo grupo de pretos baptizado em Beja não tinha vindo para o reino em 1486, porque, quando nos descreve uma viagem posterior — a da frota de Gonçalo de Sousa, que partiu para o Zaire em 19 de Dezembro de 1490, com o fim de ali levar os pretos já doutrinados e transportar materiais para se construir no Congo a primeira igreja —, declara que, volvidos mais de dois anos sobre o baptismo de Beja, D. João II mandava entregar aquele grupo ao Manicongo. Ora a esta conclusão só poderia chegar quem soubesse que tal grupo de pretos tinha desembarcado no Reino, não em 1486, mas em 1488, porque mais de dois anos em relação a 19-12-1490 é uma data que cai naquele ano de 88, para trás do dia 19 de Dezembro. Vamos mais longe: Barros não foi alheio a que o baptismo de Beja se tinha efectuado, de facto, no ano de 1489 (assim lho dizia — e bem — Rui de Pina), mas viu-se obrigado a não mencionar aquele ano por ver que era irreconciliável com o de 1486, que julgava o de regresso de Diogo Cão, e devia saber também da chegada da frota descobridora de Bartolomeu Dias na primeira

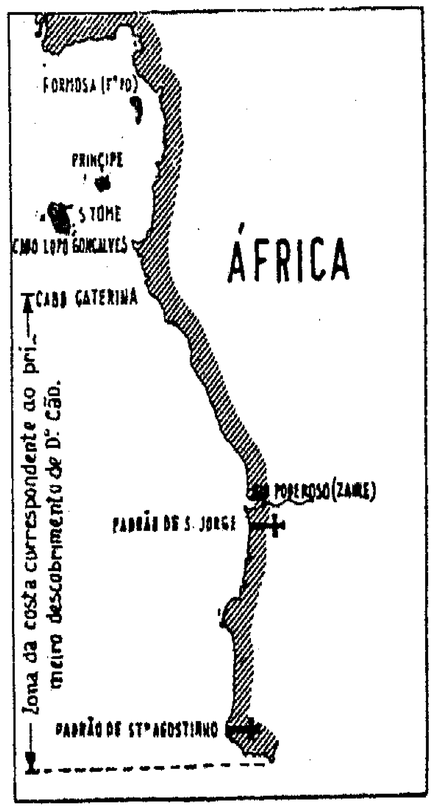
quinzena de 1488, porque é de crer que quando fala em «mais de dois anos» lhe tenha fugido a pena para referir aquele período de tempo à data da chegada dos pretos em Dezembro de 88 e não à do baptismo em princípios de 89.

VIII

TERIAM MORRIDO TODOS OS PORTUGUESES QUE NO SÉCULO XV VISITARAM O SENHOR DO CONGO, A MANDADO DE DIOGO CÃO, SE OS FACTOS SE TIVESSEM PASSADO SEGUNDO A VERSÃO CONTEMPORÂNEA DAS VIAGENS DAQUELE NAVEGADOR

Os últimos resultados a que chegaram historiadores portugueses sobre as viagens de Diogo Cão são:

— que na primeira viagem, começada em 1482, o descobrimento da costa de África se efectuou na Primavera e no Verão de 1483 até ao Cabo de Santa Maria (Lat. 13° 26′ S); que nesta viagem ficaram colocados dois padrões de pedra, o de S. Jorge, de que se conservam só alguns fragmentos, na margem esquerda da foz do Zaire e, o de Santo Agostinho, no referido Cabo de Santa Maria (actualmente na posse da Sociedade de Geografia); que a frota regressou ao reino em 1484, antes de 8 de Abril, e teria trazido então os pretos apanhados no Zaire, tal como informou João de Barros.



Reprodução, em escala reduzida, da carta de Soligo (c. 1485)

(A gravura que atrás se insere é a redução, de que excluímos topónimos, duma carta de Cristófaro Soligo, arquivada no Museu Britânico, de Londres, que mostra, a sul do Cabo Caterina, toda a costa descoberta por Diogo Cão na primeira viagem e a localização de dois padrões que o descobridor então implantou);

— que o início da segunda viagem do navegador, na qual teriam retornado os pretos ao Congo, teve lugar em 1485 — no último quadrimestre do ano — e que o descobrimento da costa prosseguiu até ao actual Cabo Cross ([1]), situado à Lat. 21° 50′ S, havendo Diogo Cão colocado mais dois padrões, um, que João de Barros não mencionou, no Cabo Negro ([2]), também agora em poder da Sociedade de Geografia, e, o outro, no Cabo Cross, que foi retirado em 1893 pela tripulação dum navio de guerra alemão; sobre o regresso da frota, tem ficado de pé que se verificou em 1486, o indicado por João de Barros.

Mas também isto se não passou tudo assim. Nem Diogo Cão trouxe do Zaire os pretos na sua primeira viagem, nem foi ele que depois os entregou ao Manicongo.

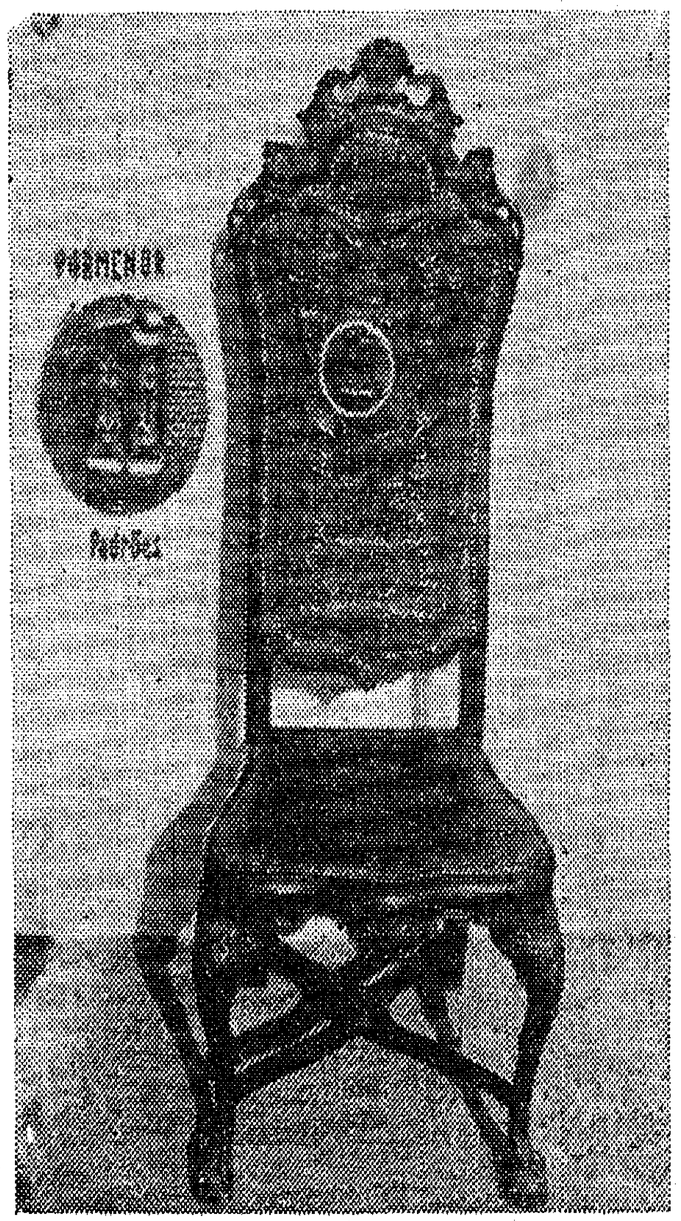
([1]) Até ao presente não se encontrou nenhuma carta que representasse a costa africana a terminar no Cabo do Padrão (Cross), extremo sul da viagem de Diogo Cão.

([2]) Podem pôr-se dúvidas sobre a autenticidade do mudo padrão do Cabo Negro, que não apresenta qualquer inscrição e se aceitou como colocado pelo descobridor Diogo Cão sem se ter feito nenhum estudo comparativo e petrográfico.

Ora veja-se: entre Abril de 1484, mês limite em que Diogo Cão poderia ter chegado da primeira viagem ao Reino — segundo as cartas régias referidas — e Setembro de 1485, mês primeiro em que o mesmo descobridor poderia ter partido para a sua segunda viagem, como atesta a legenda do padrão do Cabo Cross, medeiam pelo menos dezassete meses, ou sejam dezoito luas. Bastaria este número, sem necessidade de se lhe juntar mais sete ou oito luas correspondentes às viagens de vinda e de nova ida ao Zaire, para se ver que Diogo Cão teria faltado ao compromisso de entregar ao Manicongo, no prazo de quinze luas, os reféns pretos em troca dos portugueses que ficaram em seu poder.

Como sabemos que as vidas dos portugueses foram salvas precisamente porque, antes de expirado o prazo fixado por Diogo Cão, regressaram ao Congo os pretos que ele tinha trazido como reféns, verifica-se que naquilo que nos dizem agora também há qualquer coisa que não está certa. Se não tem discussão que a data de chegada da primeira viagem foi anterior a 8 de Abril de 1484 e indiscutível é que a data do início da segunda foi posterior a 1 de Setembro de 1485, uma só conclusão poderá subsistir irrefutàvelmente: *que a vinda dos reféns pretos tem sido erradamente considerada como facto ocorrido na primeira viagem, quando o foi só na segunda, o que é fruto de se ter interpretado mal (desde*

João de Barros) aquilo que escreveu Rui de Pina na «Crónica de D. João II».



Cadeira dos meados do século XVIII, propriedade de descendentes de Diogo Cão, mostrando no brasão da família o símbolo dos dois padrões colocados na primeira viagem

De facto, se relermos a «*Crónica de D. João II*», vê-se que na verdade assim é. Rui de Pina

afirma que Diogo Cão partiu para uma viagem de descobrimento em 1484 e dá conta que antes dela o mesmo capitão-mor tinha feito outra com iguais objectivos. É a esta «outra» que se refere logo a seguir, mas de forma tão confusa que, numa primeira leitura, se é levado a julgar que as palavras que lhe dedica são relativas à viagem de 1485, cuja descrição na realidade faz depois, começando-a até pelas mesmas palavras com que fala da anterior — a que havia revelado o Reino e a Terra do Congo, habitados por gentes de língua completamente estranha.

Diz-nos Rui de Pina que D. João II resolveu mandar, em 1485, expressamente ao Rei do Congo, «*que era bem pelo Sertão*» um rico presente e pedir-lhe a sua amizade «*por lhe dizerem o Rei que era*», o que evidencia uma prévia informação só possível de obter em viagem anterior, a primeira.

Como os mensageiros portugueses que levaram aquele presente ao Manicongo foram os que, pela admiração que lhe causaram, ele demorou tanto que Diogo Cão decidiu apanhar e trazer para Portugal alguns chefes pretos que no Zaire visitavam as caravelas, a verdade que transparece inequìvocamente é a de que os reféns só vieram do Congo na segunda e última viagem de Diogo Cão.

Nunca, portanto, Diogo Cão, que não fez mais de duas viagens de descobrimento, se avistou

com o Senhor do Congo para lhe entregar os reféns pretos, como supôs João de Barros e supõem historiadores contemporâneos. Tal missão iria caber ao capitão-mor da frota que, cerca de quatro meses depois, teria de partir para o Zaire, a fim de salvar vidas portuguesas e prosseguir o descobrimento de «*mais terras novas*», frota que, outrossim, trouxe alguns pretos para serem doutrinados na fé de Cristo. E esta última viagem de descobrimento relatada na «*Crónica de D. João II*» não pode ser outra senão a de Bartolomeu Dias, que João de Barros tomou como de Diogo Cão.

Merecendo-lhe mais fé o que interpretava no que escreveu o cronista oficial, sentiu que devia atribuir a Diogo Cão o que, de facto, cabia a Bartolomeu Dias.

Assim, já se compreenderá que João de Barros, que pràticamente nada soube das viagens de Diogo Cão, desça à minúcia de indicar que eram quatro os reféns do Zaire e conheça a forma como depois foram entregues ao Manicongo em troca dos portugueses, pois isso estaria descrito na relação da viagem de descobrimento do Cabo da Boa Esperança.

IX

FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS FAVORECE OS IRMÃOS COLOMBO DANDO-LHES PARTICIPAÇÃO NA GLÓRIA DO DESCOBRIMENTO DO CABO DA BOA ESPERANÇA

Tem-se entendido, ùltimamente, que as datas rigorosas dos acontecimentos não são elementos relevantes para a história e censuram-se os que se preocupam com esses pormenores. É uma maneira de ver que não deve perdurar.

Tudo é relativo neste Mundo e a importância dos factos no tempo (como na distância) e o próprio tempo são-no então por excelência.

Não interessará ficar na história, por exemplo, o dia exacto, atrás apontado, em que D. João II bebeu vinho pela primeira vez, porque daí não resultou nada de notável na vida do Reino ou do Rei. Já se, por esse motivo, D. João II tivesse falecido ou tomado qualquer decisão importante — provàvelmente má, como é óbvio — aquele data poderia ter então para nós grande interesse. Observação idêntica seria válida em relação a uma batalha passada, que se saiba iniciada em determinado ano, estação do ano, mês, dia — e até hora, se essa hora pudesse interessar ou não tanto como interessou a da maré mais conveniente para se efectuarem os primeiros desembarques da segunda frente na última guerra mundial.

Aliás, o rigor de datas dá-nos também a me-

dida de tudo o resto que nos transmitem os historiadores e permite-nos relacionar com segurança, ou com mais segurança, os acontecimentos históricos. O conhecimento de datas exactas constitui, além disso, uma necessidade espiritual do homem.

Vem isto a propósito dos erros de João de Barros sobre as datas das viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias. Não falando já da perturbação que tais erros têm causado na procura da verdade histórica, sucede que eles foram aproveitados por Las Casas para favorecer dois dos irmãos Colombo (Cristóvão e Bartolomeu).

Sabe-se por uma nota manuscrita ([1]) de Bartolomeu Colombo (Las Casas reconheceu bem a sua letra) no exemplar do tratado «*De Imagine Mundi*» que pertencia a Cristóvão Colombo, que aquele irmão do descobridor genovês teve conhecimento da chegada de Bartolomeu Dias a Lisboa pelo mês de Dezembro de 1488, ano que também é dado como o do descobrimento do Cabo da Boa Esperança por Duarte Pacheco, e muito autori-

([1]) A nota na pena de Las Casas, reza assim: «Que no ano de 488, por Dezembro, chegou a Lisboa Bartolomeu Dias, capitão de três caravelas que o rei de Portugal enviou a descobrir a Guiné e trouxe relação que haviam descoberto seiscentas léguas, quatrocentas e cinquenta ao austro e cento e cinquenta ao Norte ,até um Cabo que denominou de Boa Esperança, e que por o astrolábio se acharam desse Cabo a Equinocial quarenta e cinco graus, o qual Cabo dista de Lisboa três mil e cem léguas, as quais o dito capitão contou de légua em légua numa carta de navegação que apresentou ao Sereníssimo Rei. Em todas as coisas me achei...»

zadamente, visto que navegou da ilha do Príncipe para Lisboa com Bartolomeu Dias, quando este regressava do Sul de África.

Cabe aqui dizer, antes de mais, que a nota de Bartolomeu Colombo, escrita em latim (em mau latim, segundo Las Casas), tem sofrido tratos de polé em transcrições várias e, nalguns livros, as mutações atingem número inconcebível: as palavras diferentemente escritas em textos distintos são mais de vinte e cinco, havendo uma delas, relativa a um acto de audácia de Bartolomeu Dias, que transmite um erro de nada menos de cem léguas.

Retomando o que dizíamos, atente-se ainda em que Rui de Pina, que, como sabemos, viveu na época do acontecimento do Cabo e tratou de problemas relacionados com os descobrimentos, ao afirmar de que o baptismo de Beja se fez nos princípios de 1489, depois da chegada da frota, ajuda a comprovar aquela asserção; para mais, el-Rei, que foi participante no acto, já estava em meados de Novembro de 1488 no Alentejo, ora na Vidigueira, ora em Beja, e nos fins do ano instalava-se nesta última cidade por alguns meses — até Junho de 89.

João de Barros, ao dar na descrição da viagem de Bartolomeu Dias notícias como a da duração de dezasseis meses e dezassete dias e as referentes à composição da frota, aos nomes dos capitães, pilotos e mestres — elementos tanto do

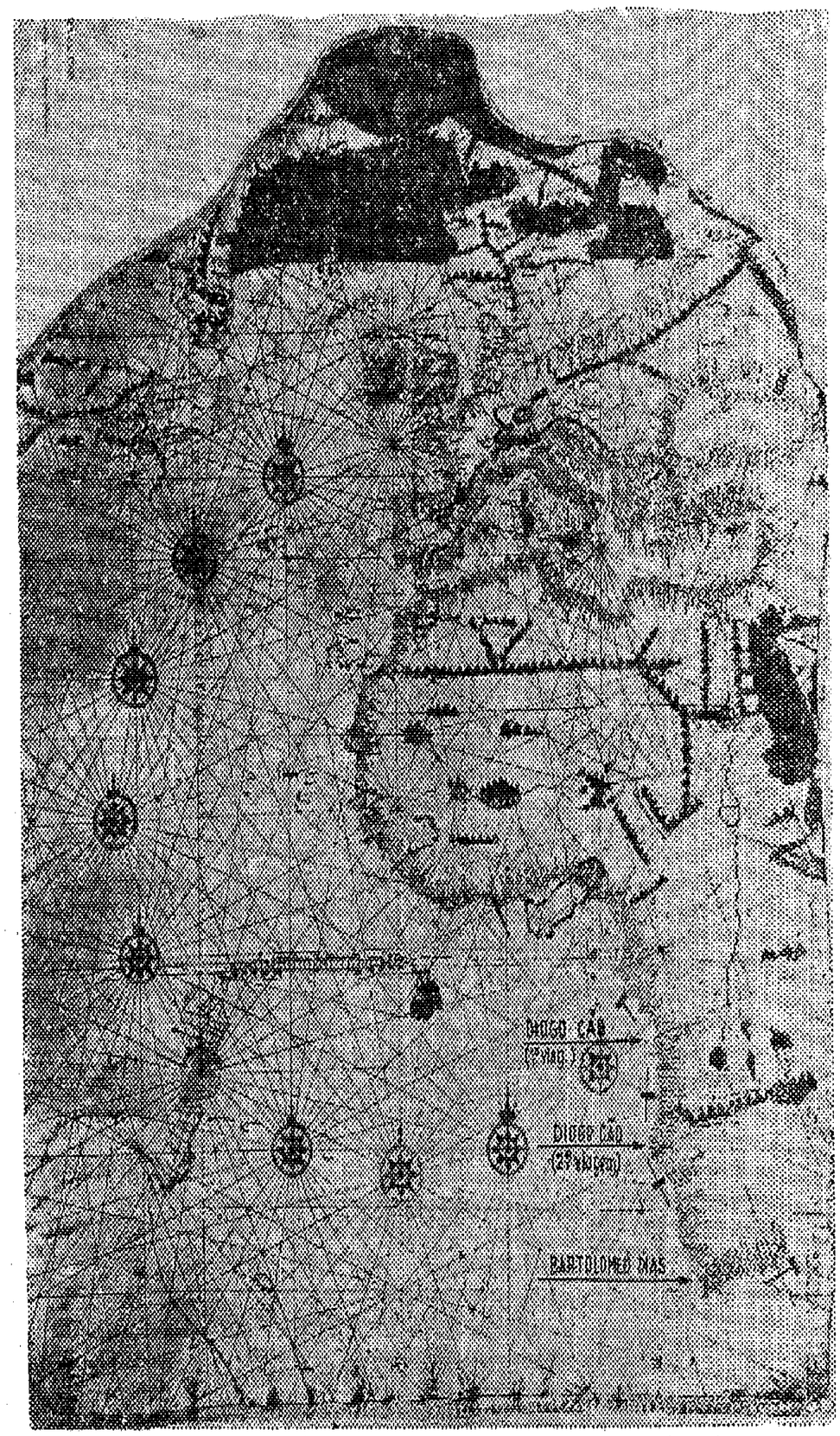


Foto da reprodução da carta portuguesa, conhecida por «Kunstmann III», publicada em «Portugaliæ Monumenta Cartographica»

seu agrado registar — com certeza que teve em seu poder uma relação relativamente completa da viagem, talvez até encontrada entre os papéis de Rui de Pina que para ele passaram quando esteve para escrever a «*Crónica de D. Manuel I*», encargo que, primeiro Pina e depois ele, tiveram antes de Damião de Góis.

Se João de Barros viu que o ano de partida de Bartolomeu Dias para o seu descobrimento foi o de 1487 e não o aceitou por se não conciliar com o prazo de quinze luas marcado por Diogo Cão, ou, o que é o mesmo, por saber que aquele navegador tinha partido no mesmo ano em que Diogo Cão regressara da última viagem ao Reino — em 1486, segundo pensava — não sabemos, mas parece-nos verosímil ter sido isto o que efectivamente aconteceu. Certo, é que nos deu a viagem como realizada em 1486-87, quando o foi em 1487-88.

Inserimos atrás, em escala reduzida, a carta de c. 1500, que foi acrescentada, à volta de 1506, com resultados de descobrimentos posteriores ao de Bartolomeu Dias, incluindo os do Brasil e da Gronelândia — carta designada por Kunstmann III. É a única que se conhece a mostrar a África a terminar no Rio do Infante, onde chegou a frota descobridora do Cabo da Boa Esperança, e em que a ilha de Ano Bom aparece com a designação «ilha D°. Cam», a revelar com grande probabilidade quem foi o seu descobridor.

Esta carta foi completada na zona sudoeste do Continente Africano por gente da frota de Vasco da Gama na Baía de Santa Helena, em 1497, e certamente, também, então, corrigida. Nela assinalámos as zonas da costa descobertas por Diogo Cão e por Bartolomeu Dias.

Resta-nos saber ainda se João de Barros teria lido que a viagem durou dezasseis meses e dezassete dias ou se determinou este período de tempo por conhecer os dias e meses certos da partida e da chegada da frota de Bartolomeu Dias, e considerar ser grave para ele e para a história escrevê-los em anos a que não correspondiam rigorosamente. A forma que, porém, utilizou, nalguns casos, de transmitir datas sem indicação dos dias do calendário, leva-nos ao convencimento de que o cálculo fosse da sua autoria. Um exemplo: sabendo que a viagem de Gonçalo de Sousa fora iniciada em 19-12-490 e que Rui de Pina afirmava que o baptismo tivera lugar em Beja em princípios de 1489, veio-nos dizer, duma forma vaga, que aquela frota partiu em fins de Dezembro de 1490, passados mais de dois anos sobre o mesmo baptismo. Cometeu também aqui, como fàcilmente se pode ver, um erro de cálculo, se é que não queria referir-se à data da chegada da segunda leva de pretos em Dezembro de 88, hipótese já considerada.

Las Casas, na «*História das Índias*», foi levado a deduzir, pela nota manuscrita de Bartolomeu

Colombo, que este irmão de Colombo acompanhara Bartolomeu Dias na viagem de descobrimento do Cabo da Boa Esperança e até chegou a admitir que o próprio Cristóvão Colombo também participou na viagem, só porque Barros atribuiu a Dezembro de 1487, em vez de a Dezembro de 1488, o regresso do nosso navegador. Mas se Las Casas tivesse sido bem informado, através das «*Décadas*» de João de Barros, que a viagem de Bartolomeu Dias se efectuara entre o Verão de 1487 e o Outono de 1488, nem sequer teria levantado o problema, pois sabia que Bartolomeu Colombo estava em Inglaterra no mês de Fevereiro de 1488 a procurar o patrocínio, que seu irmão não tinha conseguido ainda dos Reis Católicos, para o empreendimento da ida pelo Oeste para a Ásia e que levaria afinal Cristóvão Colombo à descoberta das Antilhas.

X

A VIAGEM DE DESCOBRIMENTO DO CABO DA BOA ESPERANÇA E A DÚVIDA QUE PERSISTE ACERCA DA SUA DURAÇÃO

Vimos já que ao infortunado Bartolomeu Dias, a quem o Atlântico Sul tirou a vida, em 1500, também nós tirámos a honra de ter estabelecido directamente a primeira amizade do reino de Portugal com o do Congo. E, como se isso não fosse bastante, João de Barros ainda por cima lança um véu sobre o período em que ele realizou a viagem de descobrimento do Cabo da Boa Esperança.

Dando-nos Barros a indicação de que o início da viagem teve lugar em «fins de Agosto» de 1486 e o regresso em Dezembro de 1487, novamente nos lega — além do erro que já vimos sobre os anos em que se realizou a viagem — um outro lapso, porquanto, como notaram alguns historiadores estrangeiros e portugueses, os dezasseis meses e dezassete dias não cabem entre fins de Agosto de um ano e qualquer dia de Dezembro do ano seguinte.

O historiador Codine determinou que Bartolomeu partiu de 1 a 14 de Agosto de 1487, porque aceitou a palavra «Agosto» como certa (e nós também, por comodidade). Mas como só o que de certeza está bem é o mês da chegada (Dezem-

bro), três hipóteses de erro, possíveis, se têm de admitir: ou João de Barros quereria escrever, como julgou Codine, «princípios de Agosto» e escreveu «fins de Agosto», ou escreveu «fins de Agosto» em vez de «fins de Julho», ou enganou-se nos «dezasseis meses e dezassete dias», ao transcrevê-los ou ao fazer o seu cálculo.

Qualquer pessoa pode optar livremente pela hipótese que quiser, segundo os seus raciocínios ou a sua intuição. A nós, afigura-se-nos que a menos provável é precisamente a de Codine, ainda que o mês de Agosto haja sido o da partida. De facto, parece-nos muito extraordinário que Barros, perante a indicação duma data de dia anterior a quinze dum mês, fosse escrever «fins» em vez de «princípios» desse mês. É erro nada comum.

O que é vulgar acontecer é errar-se de uma unidade o resultado do cálculo do número de anos, meses, etc., compreendidos entre duas datas relativamente distantes, por se contar com a primeira ou a última unidade sem às vezes ser caso disso. Julgamos, pois, mais curial admitir que a demora da viagem foi só de «quinze» meses e dezassete dias e que, portanto, a frota saiu em fins de Agosto, do que admitir ter João de Barros errado daquela maneira.

Encaremos agora a hipótese de Julho: sabemos que uma peste grassava em Lisboa nos meados do Verão de 1487 levou D. João II a ordenar

que se fossem armar, em Agosto, no Tejo, adiante da Póvoa e de Vila Franca, trinta navios que iam seguir para o Norte de África, a fim de preservar do contágio as suas tripulações. Não será então ousado pensar-se que D. João II, para defender as equipagens de uma frota que, em Julho, estaria já prestes a partir para uma longa viagem de descobrimento, as pusesse a salvo quanto antes, dando ordem para a largada, isto, claro, pressupondo que Bartolomeu Dias partiu da cidade de Lisboa, pois uma vez que foi este o local da chegada, natural é que tivesse sido o de saída. Corroborará o que acabámos de conjecturar o facto de Bartolomeu Dias ter chegado adiante do Cabo do Padrão (Cross), onde começou o seu descobrimento, no princípio de Dezembro de 1487, já depois de ter entregado os reféns ao Manicongo (no que teria perdido pelo menos quinze dias), visto não serem de mais, para tanto, quatro meses e meio. Pode, em face destas hipóteses aceitar-se também a segunda quinzena de Julho como aquela em que partiu a frota de descobrimento do Cabo e que o erro de João de Barros estará, assim, na indicação do mês de Agosto, em vez de Julho.

Notemos, finalmente, que a hipótese, assaz verosímil, de a frota ter regressado na primeira quinzena de Dezembro de 1488 implica: ou que a larga se tivesse verificado entre 15 e 29 de Julho de 1487, se tomarmos como certo que a

viagem demorou dezasseis meses e dezassete dias, ou entre 15 e 29 de Agosto do mesmo ano, se a duração da viagem foi de menos um mês.

Por estes erros de datas e de tempos, podemos ver como foram enormes o embaraço e o esforço de João de Barros para, sem possuir as provas documentais que só muito mais tarde se conheceram, relacionar, na sua obra, o descobrimento do Cabo com as viagens anteriores de Diogo Cão, tão incompletamente descritas pelo cronista Rui de Pina.

Mas não seria imperdoável que um grande historiador deixasse esquecidas ou descritas com a mesma imprecisão de Rui de Pina viagens como aquelas, e cuja importância bem avaliou, sem tentar, ao menos, dar uma explicação sobre elas?

Quando pensamos na grande luta que sòzinho teve, no silêncio da noite, para vencer dificuldades pràticamente insuperáveis, mas que, apesar de tudo, procurou dominar, e pensamos nos desânimos que teria sentido ao escrever aquelas páginas da «*Ásia*» dedicadas às viagens de Diogo Cão, redobra a nossa admiração pelo grande português que foi pai da nossa gramática e fecundo historiador, que foi reincidente empreendedor do desbravar do imenso Brasil (a dar-lhe apenas pobreza) e incansável paladino de o nome de Portugal passar à posteridade *«como se não fosse tão grande louvor dilatá-lo pela pena, como ganhá-lo pela lança»*.

XI

ESQUECENDO QUE S. JORGE ERA PADROEIRO E PROTECTOR DE PORTUGAL NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS, NÃO É POSSÍVEL INTERPRETAR DEVIDAMENTE ALGUNS FACTOS DA NOSSA EPOPEIA MARÍTIMA

O homem sente mais a necessidade de Deus quando está a sofrer quaisquer infortúnios ou se apercebe de que corre riscos de ter desventuras próximas, em que a maior será a de perder a vida.

Os navegantes dos descobrimentos, vendo-se desprotegidos em pleno mar cheio de perigos, punham as suas esperanças no Céu. E, quando encontravam terra ou andavam no reconhecimento do seu litoral, designavam, não raras vezes, aquela e os acidentes mais importantes e característicos das respectivas costas pelos nomes dos santos que, segundo o calendário litúrgico, eram festejados nos dias em que seus olhos os viam pela primeira vez. De forma idêntica denominavam alguns dos padrões que implantavam em terra para assinalar a passagem dos Portugueses em águas pela primeira vez navegadas e para testemunhar a conquista de direitos para o Reino.

Estudiosos da nossa cartografia antiga, aproveitando esse facto, têm determinado as datas — que os cronistas e historiógrafos por qualquer razão não registaram — do descobrimento dalgumas regiões da Terra.

Conhecemos hoje quase dia a dia a passagem, à ida, das caravelas de Bartolomeu Dias na parte su da costa atlântica de África, porque aquele descobridor deu aí, com profusão, nomes de santos a serras que avistava do mar e a baías ou angras em que ancorou. Diogo Cão, que na sua primeira viagem tinha adoptado o mesmo critério, foi, na que antecedeu a de Bartolomeu Dias, muito parco a designar com oragos os acidentes da costa, talvez por ter passado com relativa rapidez ao longo dela, quando navegava para sul, e feito o seu reconhecimento pormenorizado no sentido S-N.

No que respeita ao Brasil, também através da hagiologia se averiguaram os dias de descobrimento dalgumas zonas das suas costas este e setentrional. Mas a determinação das datas de descobrimento dos lugares a que se deram nomes de santos, recorrendo exclusivamente ao calendário religioso, tem originado alguns erros e dado ocasião a deduções que ocupam páginas e páginas. E se é verdade que as deduções não conseguem apagar verídicos acontecimentos do passado, que os cronistas descreveram ou a lógica impõe, fazem, contudo, aliadas aos primeiros, retardar a conclusão dum processo histórico que não é só dos Portugueses.

S. Jorge era Padroeiro e Protector de Portugal na época dos descobrimentos e um dos santos da devoção de D. João II (veja-se o testamento

do Rei). Porque se tem esquecido isso, julga-se que o padrão de S. Jorge foi implantado por Diogo Cão no extremo da margem esquerda do Zaire, em 23 de Abril (dia da festividade do Santo), quando se assim tivesse acontecido seria inexplicável a toponímia dos restantes pontos daquela zona da costa, tão cheia de designações com nomes de santas e santos.

Vasco da Gama, em 1499, ao regressar do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, coloca, em 2 de Fevereiro, o seu derradeiro padrão num dos dois ilhéus que estão à vista da ilha de Moambique e dedica-o a S. Jorge, sem que o facto tenha alguma relação com a data de 23 de Abril.

Também na Terra de Vera Cruz foi dado, de início, o nome de S. Jorge ao cabo onde a extensa costa brasileira descoberta pelos Portugueses inflecte pronunciadamente para noroeste. Era o último ponto notável que a nau de mantimentos da Armada de Álvares Cabral via quando teve de abandonar a costa para trazer a surpreendente notícia da descoberta ao Rei, como fora decidido em reunião extraordinária dos capitães da frota.

Verificamos, assim, que, se determinado acidente da costa ou padrão era último ou primeiro elemento da respectiva «série» de um descobrimento, os navegantes viam nisso razão para o dedicar ao Santo Padroeiro e Protector de Por-

tugal — independentemente, pois, da festa religiosa que se celebrava no dia ligado ao acontecimento.

À luz dos factos descritos e respeitando regras a que se não deve fugir em história, convém rever e corrigir a síntese das viagens de Diogo Cão que nos tem sido transmitida.

XII

PERDIDAS AS ESPERANÇAS DE OBTERMOS MAIS ELEMENTOS SOBRE AS VIAGENS DE DIOGO CÃO, DEVEMOS REVER AS CONCLUSÕES TIRADAS DOS DOCUMENTOS QUE EXISTEM

Não repetiremos aqui, por motivos óbvios, as descrições das viagens de Diogo Cão, constantes de livros de história dos descobrimentos, mas julgamos dever apontar algumas dúvidas que tais livros criam relativamente àquelas viagens.

Ano de 1482. Por ordem de D. João II, dada antes de Setembro em Montemor-o-Novo (de onde mais tarde também D. Manuel I dará a que nos conduziu à Índia), vão continuar os descobrimentos de África, suspensos em 1473 no Cabo Caterina (Lat. 1° 50′ S).

Há quem afirme ter Diogo Cão partido antes de 1 de Setembro, por aliar a ideia da data da ordem régia à do início da viagem, como que a fundir as duas datas numa só, embora sejam muito distintas. E admite-se que o navegador saiu de Portugal na Primavera, por se supor essa estação do ano a mais propícia para a viagem.

A afirmação, como é de ver, não tem razão em si mesma, e o «porquê» da conjectura destroem-no determinados factos de antanho, que mostram que na época se entendia ser o fim do

Outono o período mais favorável para fazer viagens ao Golfo da Guiné.

Efectivamente, a frota de navios e caravelas, com centenas de homens a bordo, que foi construir o castelo da Mina, partiu nos fins de um Outono (12 de Dezembro de 1481), e as urcas (barcos de navegação lenta) que dela faziam parte largaram para o mar pouco tempo antes; sabe-se que a demora da viagem dos navios e caravelas foi apenas de um mês e sete dias. Noutro Outono, a 19 de Dezembro de 1490, zarpou de Portugal a frota que foi incumbida de erguer a primeira igreja no Congo e o desembarque na margem esquerda do Zaire fez-se em 29 de Março de 1491, isto é, cerca de três meses e meio depois. Estes, os factos antigos com real significado.

Mas, por outro lado, parece não ser de aceitar que, tendo Diogo Cão chegado ao Cabo Caterina — ponto extremo do descobrimento anterior — à volta de 10 de Maio de 1483, a frota houvesse demorado no mar o enorme período de um ano para atingir um local que estava sòmente a três ou quatro meses de viagem.

A partida para o descobrimento verificou-se certamente nas proximidades do fim do Outono, pois não é de admitir que a duração da viagem tivesse ido muito além de quatro meses e meio, mesmo contando com uma paragem na ilha de Santiago (Cabo Verde) ou na Guiné, com outra,

quase certa, no castelo da Mina, e ainda com algumas devidas às calmarias do Golfo. O propósito de Diogo Cão não podia deixar de ser o de atingir o mais depressa possível o Cabo Caterina.

Diogo Cão iniciou o descobrimento no Domingo do Espírito Santo (Pentecostes) de 1483, festa móvel que nesse ano calhou a 14 de Maio, pois neste dia encontrava-se em frente da Serra do Santo Espírito — actual Parque Nacional do Pequeno Loango — primeiro acidente que, a seguir ao Cabo Caterina, aparece registado não só na carta de Pedro Reinel, de c. 1487, que representa a África até ao Zaire, como em todas as cartas conhecidas, imediatamente posteriores.

Apresentam livros de história dos descobrimentos diferentes versões sobre as datas de passagem da frota descobridora por alguns pontos da costa, mas os dias que correspondem a topónimos caracterizados por oragos não jogam uns com os outros, quer pela razão apontada de S. Jorge se festejar a 23 de Abril e ser, por outro lado, Padroeiro de Portugal, quer por se não terem considerado todos os topónimos atribuídos por Diogo Cão.

Por exemplo, a sul do Zaire, rio que se reconheceu em Junho e em parte de Julho de 1483, as cartas mais antigas registam, além de outros, o Cabo de S. Lourenço e o Golfo de Santa Maria.

Pelo facto de a carta de Soligo (c. 1485), que só traz parte dos nomes que Diogo Cão deu aos acidentes da costa, indicar apenas o Golfo de Santa Maria, admitiu-se muito naturalmente que se tratava de Santa Maria das Neves, cuja festa se celebrava a 5 de Agosto. Mas não parece dever ser assim, porque o sentido geral do descobrimento, realizado de norte para sul, leva a que S. Lourenço, festejado a 10 de Agosto, dê nome a acidente que fica antes do de Santa Maria. Então quer dizer que aquela Santa Maria não era Santa Maria das Neves, mas sim a da Assunção, comemorada a 15 de Agosto.

Acrescentemos que a Serra de S. Domingos, a norte do Zaire, foi vista em 24 de Maio (trasladação de S. Domingos) e não a 4 de Agosto (S. Domingos).

Dos companheiros de Diogo Cão nesta viagem só se sabe que houve um Fernão Vaz, que deu o nome a determinado rio. Deve ter sido o mareante que mais tarde, em 1489, era mestre de caravela na frota que se dirigiu à Guiné para construir uma fortaleza no Rio Çanaga, viagem essa de tristes consequências sob o ponto de vista moral.

Na frota devia ir ainda alguém ligado à povoação alentejana de Alter Pedroso, porque nas cartas mais antigas, incluindo a de Soligo, aparece um acidente denominado Castelo de Alter Pedroso.

Terminamos estes apontamentos sobre a primeira viagem de Diogo Cão, referindo o pormenor de que o navegador era escudeiro quando partiu de Portugal e cavaleiro à chegada. O caso não tem nada de extraordinário, porque, segundo Garcia de Resende, D. João II concedia mercês aos portugueses valorosos, quando estavam no pleno desempenho de arriscadas missões no Ultramar.

Ano de 1485. O cavaleiro Diogo Cão parte para a sua segunda viagem de descobrimento em dia ignorado dos fins de Setembro ou do decurso de Outubro e atinge a região do Cabo Cross em Janeiro de 1486.

Entre outros pontos notáveis por que passou Diogo Cão nesta viagem, temos o antigo Cabo Negro (a sul do rio Cunene), a Manga das Areias (Baía dos Tigres) e o Monte Negro, que se localizava a N. daquela baía, a cerca de vinte e três léguas.

Vindo depois Diogo Cão novamente pelo Zaire, cujas margens reconhecera na primeira viagem, surge a inesperada demora dos emissários portugueses na visita ao Senhor do Congo, o que lhe faz atrasar o regresso ao Reino.

Gravam-se então nos rochedos de Ielala os nomes dos nove principais navegantes da frota e uma sigla «A», a que se virá juntar, na viagem de Bartolomeu Dias, como epitáfio, o nome de João Álvares, mestre da nau de mantimentos da

frota de descobrimento do Cabo. Além dos companheiros de Diogo Cão que constam do monumento de Ielala, sabemos de mais um, Rui Pires, porque é o nome de uma praia próxima do Cabo do Padrão, e aceitamos ainda que Martin Behaim, natural de Nuremberga, chamado pelos portugueses Martim da Boémia, autor do conhecido globo terrestre de Nuremberga (1492) — o mais antigo que chegou aos nossos dias — também o tivesse sido. Diremos adiante porquê.

A viagem da vinda do navegador para Portugal, de que ignoramos as respectivas escalas, começou no Zaire num período de lua cheia (recorde-se o prazo de quinze luas), lua necessàriamente dos fins do Outono de 1486 ou do princípio do inverno seguinte, visto que a chegada a Portugal, como vamos ver, teve lugar à roda do mês de Abril de 1487.

XII

DETERMINAÇÃO DO ANO EM QUE DIOGO CÃO REGRESSOU DA SUA SEGUNDA VIAGEM AO REINO, PARTINDO DA DATA DO INÍCIO DA VIAGEM QUE SE LHE SEGUIU, DE BARTOLOMEU DIAS. RAZÕES QUE TERIA PARA SUSPENDER O RESPECTIVO DESCOBRIMENTO

Se observarmos as durações das viagens do século XV ao Congo, vê-se que as caravelas que iam de Portugal ao Rio Zaire ou que daqui vinham a Portugal, demoravam, se não houvesse excepcionais calmarias no Golfo da Guiné, três meses e meio ou, no máximo, quatro, isto é, o tempo de navegação (ida e volta) andava por sete a oito meses.

Não será demais, por isso, contar-se com um coeficiente de 20 % para haver a garantia de que as viagens, quer a de vinda de Diogo Cão do Zaire, quer a de ida de Bartolomeu Dias, se fizessem, em quaisquer circunstâncias, num período máximo de nove meses e meio.

Como Bartolomeu Dias partiu em meados do Verão de 1487, seja em Julho ou em Agosto, a diferença de catorze meses (as quinze luas do prazo de entrega dos reféns) para aqueles nove e meio que acabámos de referir será o número aproximado de meses que separou a chegada de Diogo Cão da partida da frota de Bartolomeu Dias. Conclui-se, assim, que *Diogo Cão regressou ao Reino, da sua segunda viagem, no ano de 1487*, cerca de quatro meses e meio antes da segunda

quinzena de Julho (ou de Agosto), isto é, *à volta de Março-Abril.*

Martim da Boémia, indicando no seu globo que a viagem durou dezanove meses, os quais teriam decorrido a partir de Setembro ou de qualquer dia de Outubro de 1485, confirma que a chegada de Diogo Cão se verificou em Abril de 1487 ou no mês anterior.

O exame da toponímia correspondente a esta viagem com o recurso da hagiologia, nos raros casos em que é possível aplicá-la, indica que o navegador devia ter ido logo à procura do extremo sudoeste de África, porque em Janeiro de 1486 andava já nas paragens do actual Cabo Cross, onde implantou um padrão — ao que parece no dia 18. O reconhecimento da costa foi, certamente, feito no sentido inverso ao da ida, pois que, em 19 daquele mês, estava em frente de uma baía a que deu o nome de Angra de Santo Amaro, situada aquém daquele cabo.

Observe-se que o reconhecimento entre o Cabo do Padrão (Cross) e o de Santa Maria, que ficava atrás, foi relativamente cuidado, como mostra a carta de c. 1500 precedentemente apresentada, e, portanto, efectuado sem pressas.

Por causas que desconhecemos, resolveu o navegador suspender o descobrimento na zona do Cabo Cross. Não deviam ter sido razões de natureza física que o levaram a tal determinação, visto que a frota estava na altura bem abastecida

e as condições climáticas não eram ali muito diferentes das da zona do Equador.

Diogo Cão era homem com elevado espírito de luta e de decisão — havia-o mostrado bem, em 1480, na defesa do Golfo da Guiné, contra um barco francês — e, nesta viagem, perante uma situação extraordinária, resolve apanhar, contra as ordens de D. João II, quatro chefes pretos do Congo — motivo por que não pode ficar em nós a convicção de que tivessem sido a negligência ou a falta de coragem que o conduziram ao abandono do descobrimento. Aceitamos, antes, que o desengano que teve ao verificar que não havia nenhuma passagem para o Índico perto do Cabo de Santa Maria (extremo sul da primeira viagem), como afirmavam os geógrafos do tempo, fosse a causa fundamental da desistência.

Patenteada, à evidência, a ignorância dos geógrafos, deixou de acreditar neles, ou, mais conclusivamente, na existência da passagem para o Índico. A isto juntava-se o ver que a costa africana era, naquela zona do Cabo do Padrão, inóspita e sem qualquer interesse aparente.

O prestígio que havia conquistado pelo descobrimento anterior, tão bem premiado por D. João II, leva-nos a pensar que deviam ser grandes as suas prerrogativas de capitão-mor desta segunda frota, e que poderia, sòzinho, deliberar a suspensão da viagem (sabemos que

nos regimentos das viagens seguintes não mais um capitão-mor, só por si, pôde abandonar um descobrimento).

Atendendo à pouca distância navegada em novos mares e a que Diogo Cão veio sem trazer as notícias que D. João II muito ambicionava sobre o mar Índico, que nem sequer ficara à vista, vemos que os resultados desta viagem não corresponderam à sua duração. Serão estas as causas prováveis que teriam levado D. João II, nesse ano de 1487, em que Diogo Cão regressou da sua última viagem e Bartolomeu Dias partiria para a sua (a fim de entregar os pretos no Congo e continuar o descobrimento marítimo), a determinar que Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva partissem de Santarém, no mês de Maio, por terra, à procura de notícias sobre o Prestes João e a Índia.

XIII

DOIS NOMES QUE PODEM LIGAR-SE À ÚLTIMA VIAGEM DE DIOGO CÃO: MARTIM DA BOÉMIA E A ILHA DE ANO BOM

Em boa verdade, não podemos excluir, «històricamente», Martim da Boémia do número dos companheiros de Diogo Cão na sua última viagem de descobrimento, pelo menos enquanto não aparecerem documentos que contrariem o que — mais do que Behaim no seu globo — diz a «*Crónica*» de Schedel sobre a sua participação na viagem.

Martim da Boémia, elevado por D. João II à categoria de cavaleiro nos princípios de 1485 (desconhecem-se as razões porquê), será o «*cavaleiro alemão*» referido num contrato feito em Lisboa no ano de 1486 entre Fernão Dulmo e João do Estreito para, em duas caravelas, irem em busca de terras a Oeste, levando aquele cavaleiro como companheiro de viagem. Os termos em que o contrato foi celebrado fazem crer que Martim da Boémia estava naquele ano ausente de Lisboa. Acontece também que Diogo Cão nessa altura andava por águas do Golfo da Guiné, para além do Equador.

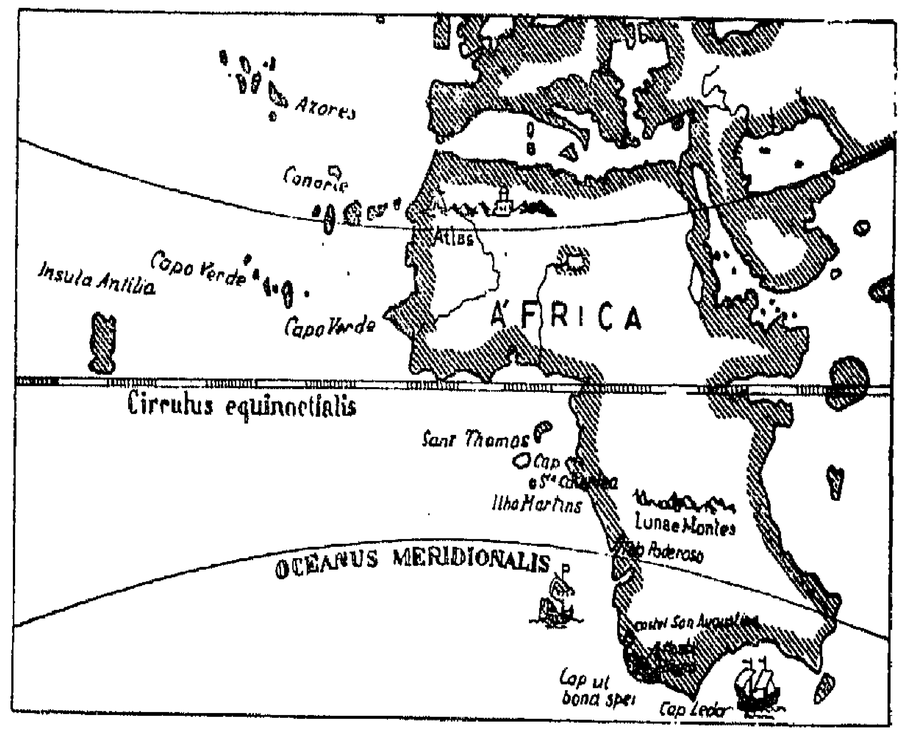
O facto de o nome português «Martim da Boémia» não figurar no contrato poderá querer dizer que, então, Behaim só teria conhecido por «alemão».

Martim da Boémia teve interesse em conhecer e difundir os descobrimentos portugueses desde o tempo do Infante D. Henrique, fez viagens aos Açores e pretendeu descobrir terras nos mares do Oeste. Não parece, pois, que devamos afastar, mas antes considerar, a hipótese da sua ida na segunda frota de Diogo Cão. Julgamos que a sigla «A» dos rochedos de Ielala, como primeira letra que é da palavra «alemão», lhe diga mesmo respeito.

Caso curioso do seu globo é o de ser o único documento existente a apresentar com o nome de «Martins» a ilha de Ano Bom; esta ilha, em certo período dos fins do século XV, designou-se por ilha de Diogo Cão, o que é confirmado pela carta de África (Kunstmann III), já apresentada noutro lugar. Chega-se a pensar que «Martins» seria o nome do primeiro português da frota de Diogo Cão a lobrigar aquela terra, facto de que Martim da Boémia teria tido oportuno e directo conhecimento.

Sejamos razoáveis: aceitamos que a indicação singular que Behaim dá no seu globo do dia da colocação dum padrão no extremo da viagem (18-1-1485) está certa — à parte o erro no ano (1485, em vez de 1486), que pode explicar-se pela restauração que o globo já sofreu, ou por a *«era da criação»* ser diferente da nossa, numa época em que havia várias —, mas custa-nos admitir o autor do globo como participante na viagem.

Pensando bem, não vemos que a incongruência nos favoreça, nem que haja razão para a relutância, até porque em nada deslustrará o prestígio de Diogo Cão que Martim da Boémia o tivesse acompanhado. Não estão os rochedos de Ielala, lá no Zaire, a atestar de forma inequívoca que foram capitães portugueses, numa frota portuguesa, os chefes do descobrimento?



A configuração de Africa no globo de Nuremberga (1492), de que há uma reprodução no Museu de Marinha

A zona austral da Africa do globo de Nuremberga, talvez debuxada de memória (tão errada está), mostra que o seu autor se limitou a acrescentá-la um pouco em relação à do descobrimento da segunda viagem de Diogo Cão, para além do lugar ou cabo a que chamou Monte Negro. Fê-lo certamente para poder desenhar

outro cabo — o da Boa Esperança — e inscrever o respectivo nome. Tudo indica que Behaim teve notícia muito imprecisa do descobrimento de Bartolomeu Dias, ou porque, então, estivesse nos Açores, onde casou, ou porque só dele tivesse tomado rápido conhecimento na sua passagem por Lisboa, quando foi em 1490 para a Europa Central.

Vê-se ainda no globo de Nuremberga que o Equador passa na costa da Mina, ideia que, segundo Bartolomeu Colombo, havia em 1485.

Temos para nós que a ilha de Ano Bom foi descoberta de facto por Diogo Cão na sua segunda viagem — será difícil explicar a sua falta em arquipélago de três ilhas tão próximas como S. Tomé, Príncipe e Ano Bom, na carta de Soligo (c. 1485), que registou os resultados da viagem de 1482-84. E porque Diogo Cão estava em meados de Janeiro de 1486 já na região do Cabo Cross, longe, portanto, da ilha de Ano Bom, parece que só deveria ter descoberto esta no regresso, em 1 de Janeiro de 1487.

Quem vir a carta que representa a África até ao Zaire, de Pedro Reinel, reproduzida na bela obra «*Portugaliæ Monumenta Cartographica*», notará que das três ilhas daquele arquipélago do Golfo da Guiné ela é a única que não tem topónimos na costa, facto que revela uma descoberta recente. E como aquela carta de Reinel teria sido feita entre 1485 e 1487 (segundo os

autores da obra referida), aventamos a hipótese de que o foi em 1487 e, mais ainda, que se destinou a Bartolomeu Dias quando, nesse ano, teve de ir levar os pretos ao Senhor do Congo e continuar os descobrimentos marítimos.

XIV

A IMPOSSIBILIDADE DE SE GUARDAR SEGREDO DUMA DESCOBERTA MARÍTIMA ESTÁ PATENTE NA INFORMAÇÃO DA DO CABO DA BOA ESPERANÇA, DADA À EUROPA NO ANO DE 1489

Uma das grandes lacunas da nossa documentação sobre cartografia antiga é a de não haver nenhuma carta a representar a costa oeste de África apenas até ao actual Cabo Cross, extremo final da segunda viagem de Diogo Cão.

Essa falha, aparentemente sem importância por dispormos de cartas antigas em que a parte da costa correspondente àquela viagem está intercalada entre a do descobrimento anterior e a do de Bartolomeu Dias, fez já gastar rios de tinta. E tudo porque pelo mapa de Henricus Martellus, que teria revelado à Europa, em primeira mão, no ano de 1489, a notícia do descobrimento do Cabo da Boa Esperança, se criou um enigma que foi fonte de discussões quase intermináveis. O precioso mapa, que está patente no Museu Britânico, de Londres, contém uma legenda, em latim, a assinalar que Diogo Cão chegou até uma Serra Pardam, legenda que acaba com as palavras «*et hic moritur*» (e aqui morre), que uns historiadores atribuíram à Serra Parda, topónimo marcado no mapa, e outros a Diogo Cão. Parece estar hoje definitivamente ultrapassada, em resultado de estudos linguísticos e car-

tográficos, essa ideia de que Diogo Cão tivesse morrido (sem se saber como ou de quê) na Serra Parda, em cuja localização nunca se chegou bem a acertar. Com isso, a história, que mais uma vez estava a ver desprezada a regra corrente na vida e essencial para o estudo dela: *«se um documento, nalgum passo, puder ter duas interpretações e houver outro da mesma época que esclareça, com uma só interpretação possível, esse mesmo passo, a verdade estará contida na interpretação comum aos dois documentos»*, muito ficou a ganhar. E o certo era que a *«Crónica de D. João II»*, da autoria de quem foi contemporâneo de Diogo Cão e esteve ligado ao problema dos descobrimentos, afirmava que o navegador regressara ao Reino. O facto de a carta de Martellus revelar topónimos e uma configuração a sul da última descoberta de Diogo Cão muito diferentes da realidade ou, melhor, dos das antigas cartas portuguesas, demonstra que o cartógrafo curou por informações verbais de mareantes que foram no descobrimento, ou teve um esboço, feito na mesma base, talvez resultante da memória de Bartolomeu Colombo, que disse ter assistido a uma reunião de Bartolomeu Dias com D. João II e visto num mapa os resultados do descobrimento (o que teria acontecido em Beja).

Não pode aceitar-se que Bartolomeu Dias tivesse posto, como consta do mapa de Martellus,

um mesmo nome «Apardam» a duas serras no seu descobrimento, nome que, aliás, nunca figurou naquela zona de África nas cartas portuguesas mais antigas, nem nas estrangeiras (cópias de portuguesas) de Cavério e de Waldseemüller, pouco posteriores a 1500, e tão importantes.

A metade ocidental do planisfério de Henricus Martellus (1489), que revelou a descoberta do Cabo da Boa Esperança. A África está muito rodada para Sueste

A nomenclatura da carta de Martellus, na parte que vimos referindo, corresponde, tão-sòmente, à que resultou da informação de quem viu, ou ouviu dizer, que havia serras de cor parda (Apardam, Pardam, Parda) em mais de um local, de quem observou ou soube que imediatamente ao Cabo da Boa Esperança se seguia um largo golfo que ficava entre serras *(golfo de dent.º d(?) llo Serre)*, de quem se lembrou dos guardadores de gado que a frota viu na baía dos Vaqueiros *(golfo de pastori)*.

Era fatal que um descobrimento de novas terras não pudesse ficar em segredo ou, sequer, num silêncio de dias após a chegada da frota.

O que sabemos de psicologia não nos permite crer que cerca de cem homens, incluindo grumetes e criados, fossem capazes de guardar para si os encantos inolvidáveis do acto de descobrir terras desconhecidas.

XV

O NAVEGADOR BARTOLOMEU DIAS QUE NO RESTELO FOI AO ENCONTRO DE COLOMBO, QUANDO ESTE CHEGOU DAS ANTILHAS, NÃO ERA O DESCOBRIDOR DO CABO DA BOA ESPERANÇA

Sobre a viagem de descobrimento de Bartolomeu Dias há notícias mais completas e seguras do que das de Diogo Cão e daí virem narradas pormenorizadamente em diversos trabalhos, quer de historiadores portugueses, quer da viagem, mas não nos dispensaremos de relembrar algumas dúvidas e de dizer o que julgarmos ainda oportuno.

Houve, pelo menos, dois navegadores com o nome de Bartolomeu Dias no período de onze anos que abrange os dois lustros que envolveram o ano de 1490.

A nau «S. Cristóvão», a maior que devia existir na Europa, pouco própria para navegar no mar, como consta da crónica de Garcia de Resende, fazia, então, a defesa do estuário do Tejo na zona do Restelo (não se tinha construído ainda a Torre de Belém).

Em fins de 1486, o patrão daquela nau chamava-se Bartolomeu Dias e entre 1490 e 1495 também o nome Bartolomeu Dias era o do patrão da «S. Cristóvão». Diga-se já que a categoria de patrão naquela nau especial de defesa era abaixo de capitão.

Em fins de Novembro de 1487 o capitão duma nau «Figa» também se chamava Bartolomeu Dias.

Alguns historiadores, baseados no texto de uma carta de mercês de D. João II, datada de Outubro de 1486, relativa a Bartolomeu Dias, patrão da nau «S. Cristóvão» nesse ano, inclinam-se francamente para que tivesse sido este navegante o futuro descobridor. Assim é de crer, de facto, pois que nessa carta D. João II prometia dar mais elevadas e próximas funções ao premiado.

O capitão da nau «Figa», dado que em Novembro de 1487 o descobridor Bartolomeu Dias andava nos mares do Sul, fica automàticamente excluído de poder ter sido o homem das grandes tormentas do Cabo.

Quanto ao patrão da nau «S. Cristóvão», no período de 1490-95, foi ele que falou com Cristóvão Colombo quando este ancorou no Restelo, em 5-3-1493, vindo do descobrimento das Antilhas na sua caravela «Niña».

Colombo, no seu diário da viagem, do qual ofereceu uma cópia aos Reis de Espanha, não se limitou a dizer que havia sido abordado pelo patrão Bartolomeu Dias da nau «S. Cristóvão», de que era capitão Álvaro Damán(?). (V. resumo de Las Casas daquele diário desaparecido). Sentiu Colombo necessidade de acrescentar ao nome do «patrão» a respectiva naturalidade — única

vez que o fez em relação a alguém: «*Bartolomeu Dias, de Lisboa*».

Seria incrível que Colombo, se tivesse falado com o descobridor do Cabo da Boa Esperança, omitisse no seu «Diário» essa honra e o prazer de um encontro em que fatalmente teria havido troca de impressões sobre descobrimentos e sobre navegação. Ao contrário disto, diz Colombo que o patrão Bartolomeu Dias, de Lisboa, andou com recados entre a nau e a caravela, e que quem veio, por fim, conferenciar com ele na «Niña», foi o capitão da nau «S. Cristóvão», Álvaro Damán. Seria também despropositado Colombo afirmar que o patrão era de Lisboa, se este pormenor não significasse que não o quis confundir com o descobridor do Cabo da Boa Esperança.

Alguém terá dúvidas, assim, de que o patrão Bartolomeu Dias da nau «S. Cristóvão» entre 1490 e 95 não era o descobridor do Cabo?

Infelizmente, em livros estrangeiros, relativamente recentes, sobre Cristóvão Colombo, como o da Samuel Eliot Morison, traduzido em português (1962), e o de Alexandre Cioranescu, impresso em França, em Dezembro de 1961, dá-se essa posição de subalternidade ao nosso descobridor. Sabemos que é de boa fé que os seus autores o fazem, mas fazem-no porque nós não difundimos, oportunamente, a existência, na mesma época, de mais que um navegador com o nome de Bartolomeu Dias.

Las Casas, que fez o resumo do «*Diário*» de Colombo, foi o primeiro a não admitir o patrão da nau «S. Cristóvão» como sendo o nosso descobridor porque, de contrário, tê-lo-ia dito na «*História das Índias*», onde tanto fala de Bartolomeu Dias, descobridor do Cabo da Boa Esperança.

Fica-nos de tudo o que dissemos a ideia de que os capitães das caravelas e navios do trato poderiam ser «patrões», como homens do mar que eram, da nau «S. Cristóvão», comandada naturalmente por um homem de guerra, visto a nau fazer a defesa do Tejo.

Desta maneira o patrão Bartolomeu Dias da nau «S. Cristóvão», em 1486, será o futuro e próximo descobridor do Cabo em 1487-88; e o patrão da mesma nau, de 1490 a 1945, será outro Bartolomeu Dias, natural de Lisboa, que falou com Colombo, e que provàvelmente era o capitão da nau «Figa», em 1487.

Pode concluir-se ainda que: o descobridor Bartolomeu Dias, escudeiro, recebedor dos Armazéns da Guiné entre 1494 e os primeiros meses de 1497, capitão de navio, em Julho de 1497, numa viagem para a Mina (acompanhando, até águas de Cabo Verde, Vasco da Gama, quando do descobrimento do caminho marítimo para a Índia-, e, ainda, capitão de navio na frota de Álvares Cabral, não era natural de Lisboa.

Bartolomeu Dias, que não teve especiais pré-

mios em vida, foi de entre os nossos grandes navegadores o menos feliz, na morte como na história — nesta, em consequência da confusão que tem havido com o seu homónimo e da imprecisão de datas da sua viagem de descobrimento.

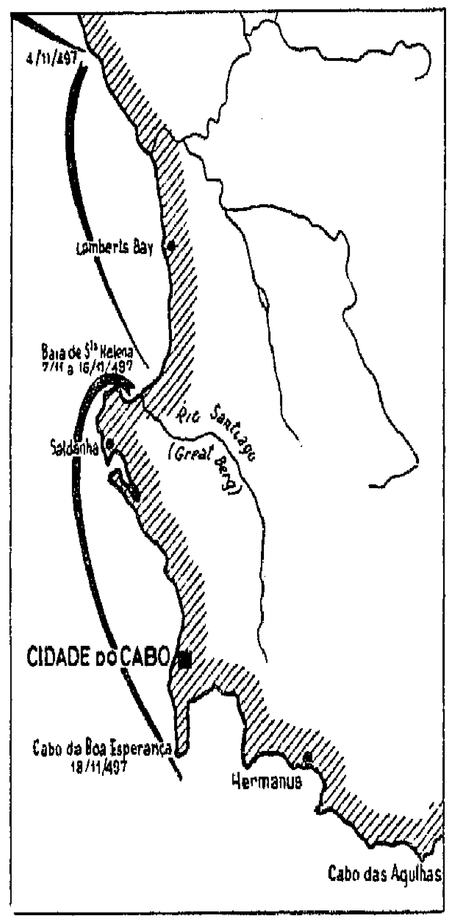
XVI

DUAS CERTEZAS NA VIAGEM DE BARTOLOMEU DIAS. O SOL, GUIA DOS PORTUGUESES

Há duas questões da viagem de Bartolomeu Dias que ainda hoje oferecem inegável interesse sob o ponto de vista histórico:

1 — O Cabo das Agulhas (ver figura a seguir) tem uma latitude sul superior à do Cabo da Boa Esperança, e as cartas anteriores a 1510, que se basearam na que resultou da viagem de Bartolomeu Dias, apresentam-no ao contrário, isto é, com latitude inferior. Afigura-se-nos poder daí concluir que a determinação das latitudes pela observação meridiana do Sol tinha ainda as suas dificuldades em 1487.

Se o Cabo das Agulhas está mais a norte naquelas cartas do que o da Boa Esperança, é porque em



Esquema da rota de Vasco da Gama a caminho da Índia, nas proximidades do Cabo da Boa Esperança

1487 ainda não eram seguros os resultados obtidos. Não vemos que seja elemento decisivo para se pensar ao invés, o facto de o piloto Pêro de Alenquer, que participou na viagem de descobrimento do Cabo e, passados dez anos, na do caminho marítimo para a Índia, ter dito nesta última a Vasco da Gama, na Baía de Santa Helena, que deviam estar a trinta léguas antes do Cabo da Boa Esperança (cometendo um erro de apenas 3,5 %).

Se repararmos no que diz Álvaro Velho, autor do único relato directo existente sobre o descobrimento do caminho marítimo para a Índia (Álvaro Velho é figura enigmática que nunca deixou transparecer no seu relato da viagem a situação que tinha a bordo e quais as suas funções específicas), verificamos que podia não ter sido pelos resultados das latitudes que Pêro de Alenquer calculou a distância da baía de Santa Helena ao Cabo. Dizendo Álvaro Velho: «*não sabendo nós quanto éramos do Cabo de Boa Esperança, salvo Pêro de Alenquer dizia que, ao mais que podíamos ser, seriam trinta léguas a ré do Cabo; e o porque se ele não afirmava era porque ele partira um dia pela manhã do Cabo, e que de noite passara por ali, com vento à popa, e isto mesmo à ida foram de largo — e por estes respeitos não eram em conhecimento donde éramos*», era natural, em presença de uma baía que tem de boca mais de vinte quilómetros e que não foi vista,

quer à ida, quer à volta — à ida, por causa de um temporal, à volta, por ter passado de noite —, poder Pêro de Alenquer pela carta que levava tirar aquela conclusão, ou tirá-la por entrar em linha de conta com possíveis erros havidos noutras latitudes calculadas na viagem de Bartolomeu Dias (tinham-se passado dez anos).

Pensamos, pelo que acabamos de dizer, que foi depois de 1488 que os Portugueses começaram a dominar razoàvelmente o processo do cálculo das latitudes pela altura meridiana do Sol — dedução, aliás, reforçada pelo que diz Mestre João, da Armada de Cabral, em carta dirigida de Porto Seguro, em Maio de 1500, a D. Manuel, quando se descobriu o Brasil, tanto pelo erro de cerca de um grau que cometeu, como pela afirmação, por ele feita, de que a maioria dos pilotos preferia viajar por rumos, com medição de distâncias.

Em história, como todos sabem, tem de falar-se verdade, mas não há dúvida que custa menos dizê-la quando se está à vontade, isto é, sem receio de magoar terceiros, que, neste caso, somos nós todos (primeiros). Ninguém, nem mesmo Las Casas, que tudo fez para favorecer Colombo, foi capaz de demonstrar não terem sido os Portugueses, no Mundo, os pais da navegação astronómica, tendo o Sol como guia.

Sobre a inflexão que Vasco da Gama fez para Este, em 4 de Novembro de 1497, no sentido da

terra, mostrada na figura que se apresentou atrás, em que indicamos a rota de Gama, à ida, na zona pa Baía de Santa Helena, devemos dizer que tal inflexão não foi mais do que uma sondagem para confirmar, como supunha, que havia terra africana à esquerda, pois, doutro modo, não se explicaria que, vendo-a, como viu, não a tivesse reconhecido sequer e voltasse de novo a navegar no mar largo ainda por mais três dias.

2 — A antiga Angra das Voltas — hoje Lüderitz Bay —, assim chamada pelas muitas voltas que Bartolomeu Dias ali deu com as caravelas, devido a um temporal, está localizada entre golfos que o descobridor denominou de Santa Vitória e Santo Estêvão.

João de Barros transmitiu-nos que, na viagem de ida, Bartolomeu Dias apanhou, algures, nos fins de África, um forte e prolongado temporal — que os historiadores determinaram dever ter começado quando ele estava na Serra dos Reis, em 6 de Janeiro de 1488 —, o que obrigou o navegador a andar durante cinco dias às voltas naquela angra ou baía. Como a baía fica aquém da referida serra e aqueles golfos têm oragos que se festejam a 23 e 26 de Dezembro, dias entre que não cabem os cinco mencionados, a explicação só pode ser a de Bartolomeu Dias, ao atingir a Serra dos Reis, ter sido forçado pelo temporal a voltar para trás. Entrou então naquela baía, onde já tinha passado antes, andou lá às voltas cinco

dias, no fim dos quais deliberou, muito arrojadamente, dar a célebre volta do mar, com as velas a meio mastro durante treze dias. Depois, ao procurar terra no sentido este, vendo que não a encontrava, percorrida que era uma distância considerável, virou a norte e foi dar a uma baía que designou por Angra dos Vaqueiros, «*onde viram andar vacas guardadas por seus pastores*», que é contígua à de S. Brás (carta Kunstmann III). Negar, como fez o insigne historiador Rawenstein, que na Angra das Voltas Bartolomeu Dias andou na viagem de ida cinco dias às voltas por causa do temporal, e que dali, ainda sob a acção do temporal, partiu para o mar, seria negar toda a descrição de João de Barros e mesmo a própria viagem.

VAMOS TERMINAR:

Um povo que se dispôs, sòzinho, a descobrir e a abarcar a Terra inteira; que foi o primeiro a conhecê-la e que tomou o Sol como seu guia a qualquer latitude, antes que alguém o tivesse feito, não deve ficar pràticamente ausente das belas criações científicas e culturais do século XX, mas sim desempenhar, em face do concurso que no passado deu à civilização, papel relevante na realização das aspirações superiores da Humanidade.

Mas os povos, com as suas «élites», só conseguem resultados positivos com muito trabalho, com verdadeiro espírito de sacrifício, com educação e humildade. Nós, pessoalmente, ensinaremos isto a nossos filhos e ensinar-lhes-emos, como o fazem outros países vizinhos do nosso nos seus livros de instrução primária, que o Sol, essa estrela que imaginámos primeiro móvel e depois fixa, voltou, na realidade, a ser móvel — embora com movimentos diferentes — e gira em torno do seu eixo, com rotações que duram 25 dias e 13 horas cada, e tem movimento rectilíneo à velocidade de 4680 quilómetros por minuto.

ÍNDICE

Pág.

Ao «Diário de Lisboa» 5
Prefácio 9
Seria interminável a História da própria História se alguém tentasse escrevê-la 13
Os povos precisam de História. A grande época portuguesa e males que se lhe seguiram 19
Como se escondem os erros de latitude cometidos nas viagens de Colombo 25
Nós, Portugueses, e Colombo com os Espanhóis, na prova da esfericidade da Terra 31
O que dizem manuais de História Universal do ensino secundário de França e Inglaterra e um de História da Espanha sobre os descobrimentos do caminho marítimo para a Índia e do Brasil 37
Do facto de os homens de posição terem de calar, para viverem junto dos que concentram o Poder, alguma coisa do que desejariam exprimir, resultam dificuldades para a História. Assim, o caso de Rui de Pina quanto aos descobrimentos marítimos do tempo de D. João II ... 43
Uma lamentável confusão de João de Barros ao interpretar a «Crónica de D. João II» (de Rui de Pina) deixou o historiador embaraçado na descrição das viagens de Diogo Cão e levou-o a sacrificar Bartolomeu Dias ... 49
Teriam morrido todos os Portugueses que no século XV visitaram o Senhor do Congo, a mandado de Diogo Cão, se os factos se tivessem passado segundo a versão contemporânea das viagens daquele navegador 65
Frei Bartolomeu de Las Casas favorece os irmãos Colombo dando-lhes participação na glória do descobrimento do Cabo da Boa Esperança 73

Pág.

A viagem de descobrimento do Cabo da Boa Esperança e a dúvida que persiste acerca da sua duração 83
Esquecendo que S. Jorge era padroeiro e protector de Portugal na época dos descobrimentos, não é possível interpretar devidamente alguns factos da nossa epopeia marítima 89
Perdidas as esperanças de se obterem mais elementos sobre as viagens de Diogo Cão, devemos rever as conclusões tiradas dos documentos que existem 95
Determinação do ano em que Diogo Cão regressou da sua segunda viagem ao Reino, partindo da data do início da viagem que se lhe seguiu, de Bartolomeu Dias. Razões que teria para suspender o respectivo descobrimento ... 103
Dois nomes que podem ligar-se à última viagem de Diogo Cão: Martim da Boémia e a ilha de Ano Bom 109
A impossibilidade de se guardar segredo duma descoberta marítima está patente na informação da do Cabo da Boa Esperança, dada à Europa no ano de 1489 117
O navegador Bartolomeu Dias que no Restelo foi ao encontro de Colombo, quando este chegou das Antilhas, não era o descobridor do Cabo da Boa Esperança 123
Duas certezas na viagem de Bartolomeu Dias.
O Sol, guia dos Portugueses 131
Vamos terminar 139

A FOTO DE UMA CADEIRA DE DESCENDENTES DE DIOGO CAO, INSERIDA NA PAGINA 70, FOI GENTILMENTE OFERECIDA PELO NOSSO EX.mo AMIGO ENG.º QUEIROZ DE MORAIS

TODAS AS ZINCOGRAVURAS DAS ESTAMPAS DESTE LIVRO SÃO PERTENÇA DO «DIARIO DE LISBOA», QUE OBSEQUIOSAMENTE AS CEDEU À EDITORA PARCERIA A. M. PEREIRA, LDA.

Acabou de se imprimir aos 20 dias do mês de Abril de 1966 nas Oficinas Gráficas da Rádio Renascença para a Parceria A. M. Pereira, Lda.

ERRATA

Página	*Linha*	*Onde está*	*Deve ser*
9	12	dezenas	dezena
33	17	Erastótenes	Eratóstenes
34	20	obcessão	obsessão
71	2	1484	1485
75	16	aquele	aquela
92	3	su	sul
93	13	Moambique	Moçambique
111	24	teria	seria